

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

*MANUTENÇÃO PREDIAL, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS ELÉTRICOS DE BAIXA E ALTA-TENSÃO, ETC.*



**UFJF – UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

(Processo Administrativo nº 23071.938968/2025-39)

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de serviços de engenharia contínuos a serem prestados por empresa de engenharia especializada em manutenção preventiva e corretiva, sob responsabilidade técnica da mesma, para execução de Manutenção Predial, Manutenção/ Operação de Sistemas de: Abastecimento/distribuição de Energia Elétrica, Água e Esgoto, Redes de Telefonia/ Comunicação de Dados, Manutenção de Equipamentos Eletroeletrônicos e de Refrigeração, Manutenção de Áreas Verdes/ Parques e Jardins, pequenas obras de reforma das edificações e instalações e adaptações do espaço físico edificado da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Os serviços são cobertos por legislação específica e compreendem o emprego de técnicas de engenharia civil, engenharia elétrica em alta e baixa tensão e sua gestão técnica e administrativa, fornecimento da força de trabalho necessária (equipe mínima de profissionais especializados conforme tabela do item 1.1, abaixo) e de toda a sua logística administrativa, operacional e de segurança no trabalho, em todas as dependências da UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA situadas neste município e na área rural (Fazenda) de propriedade da UFJF situada no município de Ewbank da Câmara, conforme estimativas de quantitativos e especificações/ escopo de serviços contidos neste edital e seus anexos, [a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela 1 abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**NOTAS:** a) As “pequenas reformas” a que alude o objeto acima são intervenções que não aumentam a área construída, não promovem alterações substanciais em estrutura (vigas, pilares, lajes), não modificam fachada de maneira relevante. Destinam-se às adequações do espaço físico destinado à área acadêmica (em constante adaptação) e as áreas relativas à atividade meio (administrativas e outras).

b) São consideradas “adaptações do espaço físico edificado” as pequenas obras até 100 m² de área construída destinadas à adaptação dos espaços acadêmicos, integrante do objeto da contratação.

TABELA 1: Valor Mensal e Global dos Serviços conforme regime de tributação adotado

					Lucro Presumido					Lucro Real				
It e m	CARGO	Pos tos de trab alho	Salário- Base (R\$)	QUANT · ANUAL ESTIM ADA DE HORA S POR TIPO DE POSTO (h)	VALOR UNITÁ RIO MÁXIM O DA HORA- POSTO	Valor do Emprega do	Custo	Custo	Custo Global do Contrato	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DA HORA- POSTO	Valor do Empregado	Custo	Custo	Custo Global do Contrato
							Total	Global						
							Mensal	Anual	p/ 5 anos			Mensal	Anual	p/ 5 anos
1	Ajudante de carga e descarga de mercadorias	12	1.921,41	28.800	21,72	4.343,59	52.123,08	625.476,96	3.127.384,80	23,15	4.629,58	55.554,96	666.659,52	3.333.297,60
2	Ajudante de Serralheiro	1	2.082,73	2.400	24,18	4.836,52	4.836,52	58.038,24	290.191,20	25,77	5.154,97	5.154,97	61.859,64	309.298,20
3	Almoxarife - Nível I (1 a 3 anos experiência)	3	2.192,60	7.200	24,37	4.874,67	14.624,01	175.488,12	877.440,60	25,98	5.195,61	15.586,83	187.041,96	935.209,80
4	Almoxarife Nível II (acima de 3 anos de experiência)	1	3.074,68	2.400	33,39	6.678,14	6.678,14	80.137,68	400.688,40	35,59	7.117,85	7.117,85	85.414,20	427.071,00
5	Apontador de Mão-de-obra	1	2.335,68	2.400	25,82	5.163,06	5.163,06	61.956,72	309.783,60	27,52	5.503,01	5.503,01	66.036,12	330.180,60
6	Auxiliar de Conservação de Vias Permanentes	24	2.079,60	57.600	23,38	4.675,37	112.208,88	1.346.506,56	6.732.532,80	24,92	4.983,21	119.597,04	1.435.164,48	7.175.822,40
7	Auxiliar de Manutenção Elétrica	8	2.150,85	19.200	31,79	6.358,72	50.869,76	610.437,12	3.052.185,60	33,89	6.777,40	54.219,20	650.630,40	3.253.152,00
8	Auxiliar de manutenção predial	1	1.839,17	2.400	21,12	4.223,25	4.223,25	50.679,00	253.395,00	22,51	4.501,34	4.501,34	54.016,08	270.080,40
9	Auxiliar Mecânico em Refrigeração	5	1.949,34	12.000	26,35	5.269,85	26.349,25	316.191,00	1.580.955,00	28,08	5.616,83	28.084,15	337.009,80	1.685.049,00
10	Bombeiro Hidráulico	11	2.599,65	26.400	35,55	7.110,57	78.216,27	938.595,24	4.692.976,20	37,89	7.578,76	83.366,36	1.000.396,32	5.001.981,60
11	Desenhista Técnico (experiência acima de 5 anos)	7	4.080,76	16.800	43,86	8.771,44	61.400,08	736.800,96	3.684.004,80	46,74	9.348,98	65.442,86	785.314,32	3.926.571,60
12	Eletricista de Alta Tensão - CBO 7321-20	3	2.769,04	7.200	41,71	8.342,10	25.026,30	300.315,60	1.501.578,00	44,46	8.891,37	26.674,11	320.089,32	1.600.446,60

1 3	Eletricista de Baixa-Tensão - CBO 7321-20	8	2.555,09	19.200	37,20	7.439,85	59.518,80	714.225,60	3.571.128,00	39,65	7.929,72	63.437,76	761.253,12	3.806.265,60
1 4	Encarregado de Construção Civil e Manutenção	3	4.728,88	7.200	50,68	10.136,0 1	30.408,03	364.896,36	1.824.481,80	54,02	10.803,39	32.410,17	388.922,04	1.944.610,20
1 5	Estofador de Móveis CBO	1	2.469,94	2.400	28,01	5.602,40	5.602,40	67.228,80	336.144,00	29,86	5.971,27	5.971,27	71.655,24	358.276,20
1 6	Marceneiro	5	2.886,54	12.000	35,06	7.011,17	35.055,85	420.670,20	2.103.351,00	37,36	7.472,81	37.364,05	448.368,60	2.241.843,00
1 7	Mecânico de Refrigeração	7	2.928,14	16.800	36,05	7.209,38	50.465,66	605.587,92	3.027.939,60	38,42	7.684,06	53.788,42	645.461,04	3.227.305,20
1 8	Mestre de Manutenção Eletrônica (sem periculosidade)	1	4.238,63	2.400	45,55	9.109,63	9.109,63	109.315,56	546.577,80	48,55	9.709,45	9.709,45	116.513,40	582.567,00
1 9	Mestre de Manutenção Eletrônica (periculosidade 30%)	1	4.238,63	2.400	59,84	11.967,0 1	11.967,01	143.604,12	718.020,60	63,77	12.754,95	12.754,95	153.059,40	765.297,00
2 0	Mestre de Soldagem	1	5.015,10	2.400	54,83	10.966,4 4	10.966,44	131.597,28	657.986,40	58,44	11.688,51	11.688,51	140.262,12	701.310,60
2 1	Operador de Motosserra	12	2.263,85	28.800	28,96	5.791,75	69.501,00	834.012,00	4.170.060,00	30,87	6.173,09	74.077,08	888.924,96	4.444.624,80
2 2	Pedreiro	12	2.575,26	28.800	28,49	5.698,21	68.378,52	820.542,24	4.102.711,20	30,37	6.073,40	72.880,80	874.569,60	4.372.848,00
2 3	Pintor de Edifícios	14	2.570,55	33.600	31,80	6.359,28	89.029,92	1.068.359,04	5.341.795,20	33,89	6.778,01	94.892,14	1.138.705,68	5.693.528,40
2 4	Pintor Industrial CBO 7233-15	1	2.736,85	2.400	37,57	7.513,93	7.513,93	90.167,16	450.835,80	40,04	8.008,69	8.008,69	96.104,28	480.521,40
2 5	Serralheiro	5	2.624,43	12.000	29,61	5.922,82	29.614,10	355.369,20	1.776.846,00	31,56	6.312,80	31.564,00	378.768,00	1.893.840,00
2 6	Servente de Pedreiro	13	1.704,17	31.200	19,74	3.947,83	51.321,79	615.861,48	3.079.307,40	21,04	4.207,77	54.701,01	656.412,12	3.282.060,60
2 7	Supervisor de Construção e Manutenção	1	5.684,83	2.400	60,69	12.138,1 0	12.138,10	145.657,20	728.286,00	64,69	12.937,31	12.937,31	155.247,72	776.238,60
2 8	Supervisor de Manutenção Elétrica (periculosidade30%)	1	5.170,39	2.400	73,07	14.614,1 0	14.614,10	175.369,20	876.846,00	77,88	15.576,35	15.576,35	186.916,20	934.581,00
2 9	Técnico de Manutenção Eletrônica (periculosidade 30%)	2	3.833,57	4.800	54,32	10.864,2 0	21.728,40	260.740,80	1.303.704,00	57,90	11.579,54	23.159,08	277.908,96	1.389.544,80
3 0	Técnico em Eletromecânica	1	3.489,22	2.400	37,70	7.540,20	7.540,20	90.482,40	452.412,00	40,18	8.036,68	8.036,68	96.440,16	482.200,80
3 1	Técnico em Eletromecânica (periculosidade30%)	2	3.489,22	4.800	49,78	9.956,52	19.913,04	238.956,48	1.194.782,40	53,06	10.612,10	21.224,20	254.690,40	1.273.452,00
3 2	Técnico em manutenção de Equipamentos de Informática - Nível I	6	2.834,29	14.400	30,84	6.168,54	37.011,24	444.134,88	2.220.674,40	32,87	6.574,71	39.448,26	473.379,12	2.366.895,60

33	Técnico em manutenção de Equipamentos de Informática - Nível II	3	3.690,27	7.200	39,81	7.961,21	23.883,63	286.603,56	1.433.017,80	42,43	8.485,41	25.456,23	305.474,76	1.527.373,80
34	Vidraceiro	1	2.620,43	2.400	28,64	5.727,24	5.727,24	68.726,88	343.634,40	30,52	6.104,35	6.104,35	73.252,20	366.261,00
Total - A		178		-	-	-	R\$ 1.112.727,63	R\$ 13.352.731,56	66.763.657,80	-	-	R\$ 1.185.993,44	R\$ 14.231.921,28	71.159.606,40

					Lucro Presumido					Lucro Real				
Item	POSTOS DE SOBREAVISO	Postos de trabalho	Salário-Base (R\$)	QUANT. ANUAL ESTIMADA DE HORAS POR TIPO DE POSTO (h)	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DA HORA-POSTO	Valor do Emprego	Custo Mensal	Custo Anual	Custo Global do Contrato	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DA HORA-POSTO	Valor do Empregado	Custo	Custo	Custo Global do Contrato
									p/ 5 anos			Total	Global	
												Mensal	Anual	
1	Eletricista de Alta Tensão	1	2.769,04	4.374	9,60	3.499,20	3.499,20	41.990,40	209.952,00	10,23	3.728,84	3.728,84	44.746,08	223.730,40
2	Auxiliar de Manutenção Elétrica	1	2.150,85	4.374	7,45	2.715,53	2.715,53	32.586,30	162.931,50	7,94	2.894,13	2.894,13	34.729,56	173.647,80
3	Bombeiro Hidráulico	1	2.599,65	4.374	9,04	3.295,08	3.295,08	39.540,96	197.704,80	9,62	3.506,49	3.506,49	42.077,88	210.389,40
4	Técnico em Eletromecânica	1	3.489,22	4.374	12,12	4.417,74	4.417,74	53.012,88	265.064,40	12,92	4.709,34	4.709,34	56.512,08	282.560,40
5	Supervisor de Manutenção Elétrica	1	5.170,39	1.878	18,00	2.817,00	2.817,00	33.804,00	169.020,00	19,17	3.000,11	3.000,11	36.001,32	180.006,60
Total - B		5	-	-	-	-	R\$ 16.744,55	R\$ 200.934,54	1.004.672,70	-	-	17.838,91	214.066,92	1.070.334,60

					Lucro Presumido					Lucro Real				
Item	HORA EXTRA TRABALHADA EM SOBREAVISO	Postos de	Salário-Base (R\$)	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	Valor do Emprego	Custo Mensal	Custo	Custo Global do Contrato	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	Valor do Empregado	Custo	Custo	Custo Global do Contrato
							Total					Total	Global	

		trabalho		ANUAL ESTIMADA DE HORAS POR TIPO DE POSTO (h)	MÁXIMO DA HORA-POSTO EXTRA		Mensal	Anual	p/ 5 anos	DA HORA-POSTO		Mensal	Anual	p/ 5 anos
1	Eletricista de Alta Tensão	1	2.769,04	190	51,15	809,87	809,87	9.718,50	48.592,49	54,43	861,860	861,86	10.342,32	51.711,60
2	Auxiliar de Manutenção Elétrica	1	2.150,85	150	39,68	496,05	496,05	5.952,57	29.762,87	42,23	527,870	527,87	6.334,44	31.672,20
3	Bombeiro Hidráulico	1	2.599,65	50	48,01	200,03	200,03	2.400,34	12.001,72	51,06	212,760	212,76	2.553,12	12.765,60
4	Técnico em Eletromecânica (periculosidade30%)	1	3.489,22	75	83,83	523,92	523,92	6.287,08	31.435,38	89,13	557,070	557,07	6.684,84	33.424,20
5	Supervisor de Manutenção Elétrica (periculosidade30%)	1	5.170,39	75	124,23	776,45	776,45	9.317,36	46.586,79	132,17	826,050	826,05	9.912,60	49.563,00
Total - C		-	-	-	-	-	2.806,32	33.675,85	168.379,25	-	-	2.985,61	35.827,32	179.136,60

					Lucro Presumido					Lucro Real				
Item	PROVISÃO REEMBOLSO-CRECHE - IN 174/2026	Quant.	QUANT. % ESTIMADA	QUANT. MENSAL ESTIMADA	QUANT. T. ANUAL ESTIMADA	Valor do benefício	Custo Mensal	Custo Anual	Custo Global do Contrato p/ 5 anos		Valor do benefício	Custo Mensal	Custo Anual	Custo Global do Contrato p/ 5 anos
1	Provisão Reembolso-Creche - IN 174/2026	1	10%	18	216,00	690,96	12.437,28	149.247,36	746.236,80		736,47	13.256,46	159.077,52	795.387,60
Total - D							12.437,28	149.247,36	746.236,80			13.256,46	159.077,52	795.387,60

TOTAL GERAL ( A + B + C + D )	183	-	-	-	-	R\$ 1.144.715,78	R\$ 13.736.589,31	R\$ 68.682.946,55	-	-	R\$ 1.220.074,42	R\$ 14.640.893,04	R\$ 73.204.465,20
-------------------------------	-----	---	---	---	---	------------------	-------------------	-------------------	---	---	------------------	-------------------	-------------------

\*\*\* **NOTA:** Na formulação de suas propostas, os licitantes devem consignar salários compatíveis com os de mercado para cada profissional, não inferiores aos consignados na tabela acima, para que possa preencher os postos de trabalho com mão-de-obra qualificada, pois o simples fato de contemplar em sua proposta valores que atendam ao piso salarial de qualquer categoria não exime a licitante vencedora da responsabilidade do preenchimento dos postos de trabalho com profissionais que atendam aos requisitos de qualificação profissional e experiência mínima estabelecidos neste Edital, dentro do valor global da proposta vencedora deste pregão.

Serão recusadas propostas que contenham, para qualquer posto de trabalho, valores de salários inferiores aos consignados na tabela acima.

### 1.1.1. Escopo dos Serviços

1.1.1.1. O escopo dos serviços compreende a prestação de serviços de engenharia de manutenção sem fornecimento de material, o fornecimento da força de trabalho (postos de trabalho) necessária (com medição em horas de trabalho) e de toda a estrutura de engenharia e administrativa necessária;

1.1.1.2. Contempla o gerenciamento técnico, acompanhamento e supervisão a ser executado pela empresa vencedora para a manutenção preventiva e corretiva de bens móveis e imóveis;

1.1.1.3. Contempla toda a manutenção predial, envolvendo 270.000 m<sup>2</sup> de edificações, infraestrutura de distribuição interna de toda a Cidade Universitária relacionada a: sistema elétrico de alta e baixa tensão, redes subterrâneas de abastecimento de água potável, esgoto, pluvial, redes primárias de fibra ótica e telefonia, manutenção do sistema viário interno do campus, estacionamentos, praças, além do paisagismo e áreas cultivadas;

1.1.1.4. Contempla a manutenção das redes primária e secundária de telefonia, backbone de fibra ótica e redes LAN – Local Area Network, redes de dados em fibra ótica.

1.1.1.5. Contempla a manutenção e operação do sistema hidráulico de água potável, drenagem e esgoto, inclusive adutoras.

1.1.1.6. Contempla a manutenção de equipamentos eletrônicos, eletroeletrônicos, de refrigeração e climatização (aparelhos de ar condicionado tipo split e de janela, refrigeradores e freezers), envolvidos nas atividades de laboratórios, ambientes acadêmicos, setores administrativos, etc.

1.1.1.7. Contempla o gerenciamento técnico das ações de engenharia e segurança do trabalho nas frentes diárias de serviço a ser realizado por profissionais de engenharia responsáveis técnicos da empresa ou engenheiros de seu quadro, a serviço da mesma.

1.1.1.8. Todos os custos destas ações correrão a expensas da empresa vencedora do certame.

### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que consiste em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos. Sob outro aspecto, é essencial para o funcionamento contínuo da Universidade, indispensável para garantir a integridade do patrimônio público, dando suporte ao desempenho das atividades finalísticas, tal tipo de contratação se adequa às necessidades da entidade, proporcionando vantagem econômica e técnica por meio da continuidade da contratação], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os ganhos em termos de maior segurança jurídica, previsibilidade e estabilidade de custos e para a administração, permitindo negociações mais vantajosas, considerando [também a complexidade burocrática da elaborações de sucessivas licitações e seus custos inerentes para o poder público.

### Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, a partir da data de 16/08/2026 prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. A data aqui estipulada coincide com o primeiro dia em que estará expirado o atual contrato vigente, para que não haja interrupção na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva objeto desta contratação.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### 1.6. **DOS LAUDOS - ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE**

1.6.1 *Após a assinatura do Contrato com a UFJF, a empresa vencedora deste certame, tão logo esteja com a equipe formada e em operação, deverá providenciar laudos justificados, elaborados por profissionais qualificados, homologados pelo Ministério do Trabalho, com as respectivas verificações, medições, dosimetrias, e avaliação de produtos nocivos à saúde dos empregados, conforme estabelece a NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES - Ministério do Trabalho.*

1.6.2 *Mediante esses laudos circunstanciados apresentados à Fiscalização, após sua análise e comprovação pelo SIASS (Setor de Segurança do Trabalho da UFJF) será determinada ou não a permanência, no todo ou em parte, dos adicionais de insalubridade previstos inicialmente nos documentos da licitação.*

1.6.3 *Na existência de qualquer função com previsão de adicionais de insalubridade/periculosidade não confirmada pelos laudos, a respectiva remuneração deverá ser suprimida da planilha da Contratada.*

1.6.4 *Caso os laudos verifiquem a existência de posto(s) de trabalho não contemplado(s), a Contratada deverá providenciar o imediato pagamento, inclusive dos atrasados, se houver. Para o seu ressarcimento a mesma poderá solicitar formalmente a inclusão dos novos custos ao contrato por meio de Termo Aditivo destinado a este fim.*

#### 1.7. **ATRIBUIÇÃO/ DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DOS POSTOS DE TRABALHO:**

*Para a prestação dos serviços deverá ser alocada pela Contratada a equipe mínima de profissionais descrita abaixo, a ser considerado um período base de 12 (doze meses), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;*

##### **1) AJUDANTE DE CARGA E DESCARGA DE MERCADORIAS - CBO 7832-25**

- Número de horas: 31.680 (equivalente a 12 postos por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado.
- Experiência: 06 (seis) meses de experiência anterior na área de atuação.
- Atribuições:

- a) Realizar transporte de livros, material de exposição em eventos, formaturas e mudança de móveis permanentes, carteiras, armários, equipamentos hospitalares móveis, remédios como soluções de hemodiálise;
- b) Executar serviços de embalagem, entrega, distribuição, transporte, armazenagem, carga e descarga de objetos, móveis, equipamentos e materiais diversos;
- c) Colocar faixas, outdoors e banners;
- d) Promover mudanças de móveis em salas de aula e outros ambientes;
- e) Transporte de malotes de provas;
- f) Ajudar em toda e qualquer atividade em que se fizer necessário.
- g) Efetuar carga e descarga de caminhões e outros veículos de transporte de cargas.

##### **2) AJUDANTE DE SERRALHEIRO - CBO 7244-40**

- Número de horas: 2.640 (equivalente a 1 posto por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado e curso NR35.
- Experiência: 1 (um) ano de experiência, comprovada em carteira de trabalho.
- Atribuições: trabalhar em conjunto com o serralheiro na execução das seguintes tarefas:



- a) Auxiliar os profissionais em todas as atividades de serralheria envolvidas nas tarefas de produção/manutenção/reforma exercidas nas dependências das unidades ou mesmo nas oficinas de manutenção.
- b) Utilizar, sob orientação, ferramentas e equipamentos apropriados para cada tipo de atividade, inclusive trabalhos em altura, fazendo uso dos acessórios de segurança exigidos, conforme legislação vigente.
- c) Transportar manualmente equipamentos, ferramentas, materiais e demais insumos utilizados no âmbito da produção/manutenção/reformas, seja nas oficinas de manutenção ou nas montagens finais destinadas às unidades prediais usuárias dos serviços.
- d) Preparar materiais, peças, auxiliar no corte, auxiliar na fabricação ou reparação de esquadrias, portas, grades, vitrais e peças e utensílios similares com a utilização de chapas/ perfis de aço ou alumínio, barras perfiladas de materiais ferrosos e não ferrosos, atuando inclusive no acabamento, pintura e instalação nas edificações.
- e) Limpar e organizar a Oficina e os locais onde foram realizados os serviços de manutenção, removendo entulhos, varrendo, eliminando resíduos e manchas.
- f) Cuidar da segurança dos usuários, alunos e funcionários, durante a execução dos serviços de manutenção.
- g) Zelar pela conservação dos materiais, ferramentas e equipamentos utilizados nos serviços de manutenção, requisitando sua reposição quando necessário.
- h) Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

### **3) ALMOXARIFE – Nível I (1 a 3 anos de experiência) - CBO 4141-05**

- Número de horas: 5.280 (equivalente a 2 postos por 12 meses);
- Requisito: Ensino fundamental completo ou equivalente.
- Experiência: 1 a 3 anos, comprovada em carteira de trabalho.
- Atribuições:
  - a) Recepcionar, conferir e armazenar produtos e materiais necessários à manutenção predial e de equipamentos (areia, cimento, brita, canos, conexões, fios, cabos, etc.);
  - b) Organizar e estocar produtos e materiais adequadamente;
  - c) Fazer os lançamentos da movimentação de entrada e saída e controlar os estoques;
  - d) Distribuir produtos e materiais a serem expedidos;
  - e) Organizar o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar;

### **4) ALMOXARIFE – Nível II (acima de 3 anos de experiência) - CBO 4141-05**

- Número de horas: 5.280 (equivalente a 2 postos por 12 meses);
- Requisito: Ensino médio completo.
- Experiência: acima de 3 anos, comprovada em carteira de trabalho.
- Atribuições:
  - a) Recepcionar, conferir e armazenar produtos e materiais necessários à manutenção predial e de equipamentos (areia, cimento, brita, canos, conexões, fios, cabos, etc.);
  - b) Fazer os lançamentos da movimentação de entrada e saída e controlar os estoques;
  - c) Distribuir produtos e materiais a serem expedidos;
  - d) Organizar o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados e a armazenar;

- e) Efetuar levantamentos de preços de itens para a elaboração de orçamentos.
- f) Utilizar-se de programas e softwares adequados para a entrada e baixa de requisições do sistema SIGA.
- g) Utilizar-se de programas e softwares adequados para realizar o gerenciamento e controle de estoque do Almoxarifado.
- h) Elaborar/ editar planilhas por meio do programa Excel.
- i) Liderar/gerenciar a equipe no processo de realização de inventários anuais do estoque.
- j) Elaborar estatísticas de consumo por materiais e centros de custos para previsão das compras;
- h) Elaborar balancetes dos materiais existentes e outros relatórios solicitados.

#### **5) APONTADOR DE MÃO-DE-OBRA- CBO 4142-05**

- Número de horas: 2.640 (equivalente a 1 posto por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado, deve ter conhecimentos básicos de informática e de legislação trabalhista.
- Experiência: 02 (dois) anos de experiência anterior na área de atuação em empresas da construção civil, etc.
- Atribuições:
  - a) Elaborar levantamentos e registros diários de mão-de-obra e serviços nas frentes de trabalho.
  - b) Acompanhar atividade de manutenção;
  - c) Conferir materiais e verificar documentação;
  - d) Preencher relatórios, guias, boletins e relatórios de ordens de serviço;
  - e) Distribuir ordens de serviço e acompanhar medição;
  - f) Fiscalizar a utilização de equipamentos de segurança nas frentes de trabalho.

#### **6) AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PERMANENTES - CBO 9922-25**

- Número de horas: 63.360 (equivalente a 24 postos por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado, curso técnico profissionalizante; exigido certificado de conclusão de curso de jardineiro.
- Experiência: 02 (dois) anos de experiência anterior na área de atuação.
- Atribuições:
  - a) Realizam manutenção geral em vias, manejam áreas verdes, tapam buracos, limpam vias permanentes e conservam bueiros e galerias de águas pluviais. Recompõem aterros e recuperam obras de arte e controlam atividades de conservação.
  - b) Podar árvores, gramas e outras plantas;
  - c) Zelar pela limpeza e conservação dos jardins, parques, gramados, etc;
  - d) Aplicar inseticidas, fungicidas e herbicidas sob orientação superior;
  - e) Zelar pela limpeza e conservação dos equipamentos e ferramentas de trabalho;
  - f) Apanhar sementes, adubar e fazer correção do PH;
  - g) Executar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
  - h) Irrigar as plantas, fazer podas com tesouras, poda com moto, poda de galhos, poda com podador de cerca viva;
  - i) Confeccionar telas de arame liso, alambrados de quadras e campo de futebol;
  - j) Fazer cerca de arame farpado e manutenção das mesmas;
  - k) Combater abelhas, marimbondos, cupins, formigas, ratos; recolher animais mortos e aplicar glifosato (randape), inseticida, cupinicida (pó granulada).
  - l) Realização de aceiros, prevenção de fogo e combate.

- m) Executar adubação, correção do PH, plantio de sementes e mudas de diversas espécies vegetais em parques e jardins em geral;
- n) Executar serviços de ornamentação em canteiros;

#### **7) AUXILIAR DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA - CBO 7156-15 (c/ 30% de periculosidade)**

- Número de horas: 26.400 (equivalente a 10 postos por 12 meses);
- Requisito: Requisito: Alfabetizado e cursos NR10 e NR35.
- Experiência: 1 (um) ano de experiência, comprovada em carteira de trabalho.
- Atribuições: trabalhar em conjunto com o eletricista na execução das seguintes tarefas:

- a) manutenção em instalações prediais de eletricidade, comandos e controles eletroeletrônicos;
- b) manutenção e construção de sistemas de iluminação e tomadas, redes aéreas e subterrâneas de baixa-tensão, sistemas de cabeamento estruturado, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas e sistemas de áudio e vídeo;
- c) diagnóstico de anomalias nos equipamentos e sistemas elétricos prediais, tomando as medidas necessárias;
- d) manutenção e operação de grupos motogeradores

#### **8) AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL (insalubridade 20%) - CBO 5143-10**

- Número de horas: 2.640 (equivalente a 1 posto por 12 meses);
- Requisito: alfabetizado
- Experiência: 1 (um) ano de experiência, comprovada em carteira de trabalho.
- Atribuições:

- a) Auxiliar os profissionais oficiais na execução das tarefas de manutenção/reforma das seguintes áreas: hidráulica, marcenaria, carpintaria, mecânica, e alvenaria exercidas nas dependências das unidades ou mesmo nas oficinas de manutenção.
  - b) Utilizar, sob orientação, ferramentas e equipamentos apropriados para cada tipo de atividade, inclusive trabalhos em altura, fazendo uso dos acessórios de segurança exigidos, conforme legislação vigente.
  - c) Cuidar da segurança dos usuários, alunos e funcionários, durante a execução dos serviços de manutenção.
  - d) Limpar e organizar os locais onde foram realizados os serviços de manutenção, removendo entulhos, varrendo, eliminando resíduos e manchas.
  - e) Transportar manualmente equipamentos, ferramentas, materiais e demais insumos utilizados no âmbito da manutenção/reformas, seja nas oficinas de manutenção ou nas unidades prediais usuárias dos serviços.
  - f) Zelar pela conservação dos materiais, ferramentas e equipamentos utilizados nos serviços de manutenção, requisitando sua reposição quando necessário.
- Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

#### **9) AUXILIAR MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO - CBO 9112-05**

- Número de horas: 13.200 (equivalente a 5 postos por 12 meses);
- Requisito: alfabetizado
- Experiência: 1 (um) ano de experiência, comprovada em carteira de trabalho.
- Atribuições:

a) Conduzir ao local do serviço todo o material necessário;  
b) Efetuar trabalhos de caráter braçal necessários para o desempenho da função;  
Além destas, trabalhar em conjunto com o Mecânico de Refrigeração na realização das seguintes tarefas:

- a) Manutenção e reparos em equipamentos de refrigeração como geladeiras, freezers e aparelhos de ar condicionado;
- b) montar, instalar e colocar em funcionamento equipamentos de refrigeração como geladeiras, freezers e aparelhos de ar condicionado;
- c) detecção e correção de falhas de origem elétrica e mecânica, de acordo com desenhos técnicos, projetos e normas técnicas, com condições de qualidade, segurança e preservação ambiental;
- d) observar as normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental.

#### **10) BOMBEIRO HIDRÁULICO - CBO 7241-10 (c/ 40% de insalubridade)**

- Número de horas: 29.040 (equivalente a 11 postos por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado, curso técnico profissionalizante do SENAI ou equivalente.
- Experiência: 2 (dois) anos de experiência anterior em empresas da indústria em geral, construção civil ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.
- Atribuições:
  - a) Executar trabalhos de construção, reforma e manutenção de instalações e redes, no que se refere à instalação hidráulica de água fria, quente, esgoto, águas pluviais e de combate a incêndio.
  - b) Interpretar projetos de instalações de água fria, pluvial, esgoto e incêndio;
  - c) Especificar, quantificar e inspecionar materiais;
  - d) Preparar locais para instalações, realizar pré-montagem e instalar tubulações de água fria, pluvial, esgoto e incêndio;
  - e) Realizar testes operacionais de pressão de fluidos e testes de estanqueidade;
  - f) Proteger instalações e fazer manutenções em equipamentos e acessórios. Realizar limpeza em fossas, caixas de gorduras, redes de esgoto, redes pluviais e calhas das coberturas;
  - g) Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental.

#### **11) DESENHISTA TÉCNICO - CBO 3185-05**

- Número de horas: 18.480 (equivalente a 7 postos por 12 meses);
- Requisito: Diploma de curso técnico em Eletrotécnica (curso técnico) – nível 2º grau, registro no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Comprovação através de teste prático de habilitação em softwares CAD, para o desenvolvimento de projetos de eletricidade, telefonia e lógica. Deverá comprovar habilidade no uso dos softwares Excell e Word.
- Experiência: 3 (três) anos de experiência anterior em empresas de projeto e consultoria, indústria em geral, construção civil, concessionárias de energia elétrica ou empreiteiras do ramo de manutenção/obras de eletricidade, comprovada em carteira de trabalho;
- Atribuições:
  - a) Elaborar em conjunto com o Engenheiro Eletricista Projetos de Iluminação e Tomadas, Redes aéreas e subterrâneas de Distribuição em Média e Baixa-tensão, Subestações, Iluminação Pública, Cabeamento Estruturado, SPDA, CFTV;
  - b) Elaborar planilhas de orçamento para a realização de obras e manutenção;
  - c) Efetuar levantamentos de campo em instalações prediais, subestações, redes aéreas e subterrâneas de eletricidade, telefonia e lógica.
  - d) Elaborar textos de especificação técnica e memoriais descritivos.

## **12) ELETRICISTA DE ALTA-TENSÃO - CBO 7321-20 (c/ 30% de periculosidade)**

- Número de horas: 7.920 (equivalente a 3 postos por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado, curso técnico profissionalizante do SENAI ou equivalente e cursos NR10 e NR35.
- Experiência: 3 (três) anos de experiência anterior em concessionárias de energia elétrica ou empresas dedicadas ao ramo, comprovada em carteira de trabalho, em manutenção e/ou construção de redes de alta-tensão até 25.000 Volts.
- Atribuições:
  - a) efetuar a manutenção de redes de alta tensão até o nível de 23.000Volts;
  - b) construção de redes aéreas até 25.000 Volts, convencionais e protegidas;
  - c) operação de conjuntos de manobra em redes aéreas até 25.000 Volts;
  - d) manutenção de sistemas de iluminação pública;
  - e) operação de guindautos (munck)
  - f) trabalho em cestos de fibra de vidro em altura (12 metros)
  - g) manutenção de torres de iluminação de até 22 metros de altura, para iluminação de estádios e praças. Contempla cabos de alimentação, projetores de luz, substituição de lâmpadas e reatores;
  - h) manutenção e operação de subestações de energia até 25.000 Volts.
  - i) interpretar projetos de redes e subestações, desenhos e diagramas elétricos de força e comando;
  - j) efetuar a manutenção de instalações elétricas prediais, equipamentos, comandos e controles eletroeletrônicos;
  - k) manutenção e construção de Sistemas de Iluminação e Tomadas, Redes aéreas e subterrâneas de baixa-tensão, Sistemas de Cabeamento Estruturado e Proteção contra Descargas Atmosféricas, Sistemas de Áudio e Vídeo.
  - l) interpretar projetos de Iluminação e Tomadas, Cabeamento Estruturado, desenhos e diagramas elétricos de força e comando;
  - m) executar as alterações nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas;
  - n) efetuar medições de grandezas elétricas, escalas de medição e operação de instrumentos como: voltímetros, amperímetros, testadores de rede, etc.
  - o) diagnosticar anomalias nos equipamentos e sistemas elétricos prediais, tomando as medidas necessárias;
  - p) Instalar e reparar equipamentos de iluminação de cenários ou palcos.
  - q) Elaborar a APR (análise preliminar de risco) em todos serviços que envolverem alta tensão, submetendo-a à Coordenação de Eletricidade da Proinfra/UFJF.

## **13) ELETRICISTA DE BAIXA-TENSÃO - CBO 7321-20 (c/ 30% de periculosidade)**

- Número de horas: 21.120 (equivalente a 8 postos por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado, curso técnico profissionalizante do SENAI ou equivalente e curso NR10 e NR35.
- Experiência: 3 (três) anos, comprovada em carteira de trabalho.
- Atribuições:
  - a) efetuar a manutenção de instalações elétricas prediais, equipamentos, comandos e controles eletroeletrônicos;

- b) manutenção e construção de Sistemas de Iluminação e Tomadas, Redes aéreas e subterrâneas de baixa-tensão, Sistemas de Cabeamento Estruturado e Proteção contra Descargas Atmosféricas, Sistemas de Áudio e Vídeo.
- c) interpretar projetos de Iluminação e Tomadas, Cabeamento Estruturado, desenhos e diagramas elétricos de força e comando;
- d) Montagem e manutenção em painéis de comandos elétricos;
- e) executar as alterações nos sistemas, conforme projetos ou especificações autorizadas;
- f) efetuar medições de grandezas elétricas, escalas de medição e operação de instrumentos como: voltímetros, amperímetros, testadores de rede, etc.
- g) diagnosticar anomalias nos equipamentos e sistemas elétricos prediais, tomando as medidas necessárias;
- h) Instalar e reparar equipamentos de iluminação de cenários ou palcos.
- i) Elaborar a APR (análise preliminar de risco) para os serviços de rotina de manutenção predial de baixa tensão).

#### **14) ENCARGADO DE CONSTRUÇÃO CIVIL E MANUTENÇÃO - CBO 7102-05**

- Número de horas: 7.920 (equivalente a 3 postos por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado, com habilitação para conduzir automóveis e caminhonetes, na área urbana, quando no exercício de sua função, com conhecimentos básicos de leitura de projetos de arquitetura, eletricidade/telefonía, lógica, hidráulico/sanitários e estruturais;
- Experiência: experiência mínima comprovada em carteira de trabalho, de 03 (três) anos em empresas da construção civil ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.
- Atribuições:
  - a) administração e acompanhamento técnico de serviços de manutenção e reformas prediais e em áreas externas;
  - b) coordenar, supervisionar e liderar equipes de construção civil;
  - c) trabalhar sob supervisão de engenheiros e arquitetos na condução de frentes de manutenção e obras civis.

#### **15) ESTOFADOR DE MÓVEIS - CBO 7652-35**

- Número de horas: 2.640 (equivalente a 1 posto por 12 meses);
  - Requisito: Alfabetizado, curso técnico profissionalizante do SENAI ou equivalente.
  - Experiência: 01 (um) ano de experiência anterior na área de atuação.
  - Atribuições:
    - a) Realiza serviços de estofamento de cadeiras, sofás e poltronas.
    - b) Executa consertos em cadeiras escolares com estrutura em perfis metálicos, inclusive realizando pequenas soldas elétricas na manutenção do mobiliário.
    - c) Molda e corta tecidos naturais, sintéticos ou em couro, realiza acabamentos entre outras atividades pertinentes a função.
    - d) Zelar pela conservação dos materiais, ferramentas e equipamentos utilizados nos serviços de manutenção, requisitando sua reposição quando necessário.
    - e) Transportar manualmente equipamentos, ferramentas, materiais e demais insumos utilizados no âmbito da manutenção/reformas, seja nas oficinas de manutenção ou nas unidades prediais usuárias dos serviços.
- Utilizar ferramentas máquinas e equipamentos apropriados e inerentes à atividade

#### **16) MARCENEIRO - CBO 7711-05**

- Número de horas: 13.200 (equivalente a 5 postos por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado, curso técnico profissionalizante do SENAI ou equivalente.
- Experiência: 01 (um) ano de experiência anterior na área de atuação.
- Atribuições:
  - a) Analisar a peça a ser fabricada, consultando instruções;
  - b) Trabalhar a madeira riscando, cortando, utilizando ferramentas apropriadas; armar partes, prendendo-as com material adequado;
  - c) Pintar, envernizar ou encerar as peças fabricadas;
  - d) Colocar dobradiças, puxadores e outros tipos de ferramentas nas peças montadas;
  - e) Dar manutenção periódica às ferramentas;
  - f) Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente;
  - g) Realizar ainda a manutenção, reforma, confecção e construção de mobiliários escolares e de escritório.
  - h) Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental.

#### **17) MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO - CBO 7257-05**

- Número de horas: 15.840 (equivalente a 6 postos por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado, curso técnico profissionalizante do SENAI ou equivalente.
- Experiência: 3 (três) anos de experiência atuando em empresas de manutenção em refrigeração ou indústria, comprovada em carteira de trabalho.
- Atribuições:
  - a) Executar serviços de manutenção e reparos em equipamentos de refrigeração como geladeiras, freezers e aparelhos de ar condicionado (em geral);
  - b) Montar, instalar e colocar em funcionamento equipamentos de refrigeração como geladeiras, freezers e aparelhos de ar condicionado;
  - c) Interpretar diagramas elétricos de montagem de equipamentos de refrigeração;
  - d) Realizar análises, ajustes de performance, detectando e corrigindo falhas de origem elétrica e mecânica, de acordo com desenhos técnicos, projetos e normas técnicas, com condições de qualidade, segurança e preservação ambiental;
  - e) Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental.

#### **18) MESTRE DE MANUTENÇÃO ELETRÔNICA (sem periculosidade) - CBO 7301-05**

- Número de horas: 2.640 (equivalente a 1 posto por 12 meses);
- Requisito: Diploma de Técnico de 2º grau em Eletrônica, Automação Ensino Médio completo;
- Experiência: 3 (três) anos de experiência anterior em empresas da indústria em geral, ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.
- Atribuições:
  - a) Planejar e controlar as manutenções preventivas e corretivas inerentes aos equipamentos eletroeletrônicos, bem como liderar montagens e instalações eletroeletrônicas, interagindo com equipe de profissionais componentes da equipe;
  - b) Executar, liderar e orientar a equipe na execução de investigação e solução de defeitos em placas de circuitos impressos bem como na execução de montagem, manutenção de equipamentos e sistemas em geral, relacionados à sua área.

- c) Controlar recursos e insumos relacionados à manutenção de equipamentos e redigir documentos técnicos;
- d) Interpretar desenhos técnicos, projetos e normas técnicas, com condições de qualidade, segurança e preservação ambiental;
- e) Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental;
- f) Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente.

#### **19) MESTRE DE MANUTENÇÃO ELETRÔNICA (periculosidade 30%) - CBO 7301-05**

- Número de horas: 2.640 (equivalente a 1 posto por 12 meses);
- Requisito: Diploma de Técnico de 2º grau em Eletrônica ou Automação;
- Experiência: 3 (três) anos de experiência anterior em empresas da indústria em geral, ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.
- Atribuições:
  - a) Planejar e controlar as manutenções preventivas e corretivas inerentes aos equipamentos eletroeletrônicos, bem como liderar montagens e instalações eletroeletrônicas, interagindo com equipe de profissionais componentes da equipe;
  - d) Executar, liderar e orientar a equipe na execução de investigação e solução de defeitos em placas de circuitos impressos bem como na execução de montagem, manutenção de equipamentos e sistemas em geral, relacionados à sua área.
  - e) Controlar recursos e insumos relacionados à manutenção de equipamentos e redigir documentos técnicos;
  - f) Interpretar desenhos técnicos, projetos e normas técnicas, com condições de qualidade, segurança e preservação ambiental;
  - g) Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental;
  - h) Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente.

#### **20) MESTRE DE SOLDAGEM - CBO 7201-40**

- Número de horas: 2.640 (equivalente a 1 posto por 12 meses);
- Requisito: Diploma de Ensino Médio completo, curso técnico profissionalizante do SENAI ou equivalente.
- Experiência: 3 (três) anos de experiência anterior em empresas da indústria em geral, ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.
- Atribuições:
  - a) Planejar e controlar as manutenções preventivas e corretivas inerentes à sua área, bem como da produção de artefatos de serralheria, interagindo com equipe de profissionais componentes da equipe;
  - b) Executar, liderar e orientar a equipe na execução de soldas mig, tiq, soldas em aço inox, bem como na execução de tarefas de montagem, manutenção e metalurgia;
  - c) Produzir, montar, instalar e colocar em funcionamento portões, grades, esquadrias em geral e estruturas metálicas;
  - d) Interpretar desenhos técnicos, projetos e normas técnicas, com condições de qualidade, segurança e preservação ambiental;



- e) Coordenar e executar serviços de usinagem, conformação e tratamento de metais, nos métodos, processos produtivos e da qualidade.
- f) Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental;
- g) Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente.

#### **21) OPERADOR DE MOTOSSERRA - CBO 6321-20 (com 20% insalubridade)**

- Número de horas: 31.680 (equivalente a 12 postos por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado, curso técnico profissionalizante; exigido certificado de conclusão de curso de operador de motosserra.
- Experiência: 02 (dois) anos de experiência anterior na área de atuação.
- Atribuições:
  - a) Efetuar a manutenção de parques, jardins e encostas por meio de motosserras e/ou roçadeiras mecânicas;
  - b) Fazer podas e cortes em árvores e arbustos;
  - c) Efetuar a manutenção (roçar/ limpar) de gramados e demais áreas verdes;
  - d) Operar motosserra e/ou roçadeiras de acordo com as normas de segurança do trabalho.
  - e) Encarregar-se da manutenção dos equipamentos utilizados em seu serviço;
  - f) Operar os equipamentos com uso de EPI adequado;
  - g) Proceder ao plantio de flores, árvores, arbustos, gramíneas e outras espécies de plantas ornamentais;
  - h) Irrigar as plantas, fazer podas com tesouras e podadores mecânicos de cerca viva.
  - i) Desempenhar outras atribuições que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

#### **22) PEDREIRO - CBO 7152-10**

- Número de horas: 31.680 (equivalente a 12 postos por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado, curso técnico profissionalizante.
- Experiência: 2 (dois) anos de experiência anterior em empresas, construção civil ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.
- Atribuições:
  - a) Verificar as características da obra;
  - b) Executar trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais de construção civil, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações, e utilizando processos e instrumentos pertinentes ao ofício, para construir, reformar, ou reparar prédios e obras similares.
  - c) Examinar plantas e especificações técnicas;
  - d) Ajudar na escolha do material apropriado;
  - e) Dimensionar a quantidade do material necessário à execução do serviço;
  - f) Orientar os serventes de obra na mistura de cimento, areia, cal, pedra e água, dosando as quantidades de argamassa desejada e indicando a melhor forma de execução do trabalho;
  - g) Assentar tijolos, alvenarias, azulejos, cerâmicas, pisos e materiais afins;
  - h) Construir alicerces, fundações, levantar paredes, muros e construções similares;
  - i) Conservar estruturas já construídas, montar armações de ferro para concreto com equipamentos adequados;
  - j) Operar máquinas, furadeiras e executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade compatível à sua especialidade ou ambiente;

- k) Seguir as normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental, zelando pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços;
- l) Executar demolições de alvenarias e peças estruturais, bem como retirar o entulho proveniente dessa demolição, abrir e reaterrar valas, cortar alvenaria e piso, limpar a obra.
- m) Efetuar a remoção do entulho da obra.
- n) Controlar o nível e o prumo das obras em geral.
- o) Executar tratamento e descarte de resíduos de materiais do local de trabalho.
- p) Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho.
- q) Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

### **23) PINTOR DE EDIFÍCIOS - CBO 7166-10 (com 20% de insalubridade)**

- Número de horas: 36.960 (equivalente a 14 postos por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado, curso técnico profissionalizante.
- Experiência: 02 (dois) anos de experiência anterior em empresas da construção civil ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.
- Atribuições:
  - a) Realizar recuperação de pintura em superfícies deterioradas;
  - b) Analisar e preparar as superfícies a serem pintadas e calcular quantidade de material necessário para execução da pintura;
  - c) Identificar, preparar e aplicar tintas em superfícies, dar polimento e retocar superfícies pintadas;
  - d) Secar superfícies e reparar equipamentos de pintura;
  - e) Realizar serviços de demolição, construção e pintura em forro de gesso;
  - f) Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental.

### **24) PINTOR INDUSTRIAL CBO 7233-15 (c/ 40% de insalubridade)**

- Número de horas: 2.640 (equivalente a 1 posto por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado, curso técnico profissionalizante.
- Experiência: 2(dois) anos de experiência anterior em empresas da construção civil ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.
- Atribuições:
  - a) Analisar e preparar as superfícies a serem pintadas;
  - b) Calcular a quantidade necessária de materiais e preparação das tintas;
  - c) Reparo de equipamentos de pintura e manuseio de equipamentos de secagem;
  - d) Identificar, preparar e aplicar tintas em superfícies, dar polimento e retocar superfícies pintadas.
  - e) Secar superfícies e reparar equipamentos de pintura.

### **25) SERRALHEIRO - CBO 7244-40**

- Número de horas: 13.200 (equivalente a 5 postos por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado, curso técnico profissionalizante do SENAI ou equivalente.
- Experiência: 03 (três) anos de experiência anterior na área de atuação.
- Atribuições:
  - a) Confeccionar, instalar ou reparar peças diversas de perfis e chapas metálicas;

- b) Utilizar máquinas, ferramentas e dispositivos adequados para obter produtos acabados, destinados a uso em equipamentos, edificações e outros afins;
- c) Confeccionar portões, e esquadrias metálicas em geral.
- d) Aquecer metais, submetendo-os ao calor para forjamento;
- e) Fundir metais com equipamentos adequados para atender às necessidades do setor;
- f) Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente.
- g) Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental.

#### **26) SERVENTE DE PEDREIRO - CBO 7170-20**

- Número de horas: 34.320 (equivalente a 13 postos por 12 meses)
- Requisito: Alfabetizado, curso técnico profissionalizante.
- Experiência: 1 (um) ano de experiência anterior em empresas da construção civil ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.
- Atribuições: Trabalhar sob supervisão e em apoio ao oficial pedreiro na execução das seguintes tarefas:
  - a) Assentamento de tijolos, alvenarias, azulejos, cerâmicas, pisos e materiais afins;
  - b) Construção de alicerces, fundações, estrutura de concreto armado, levantar paredes, muros e construções similares,
  - c) Conservar estruturas já construídas, montar armações de ferro para concreto com equipamentos adequados;
  - d) Armar e desmontar andaimes, operar betoneiras e executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade compatível à sua especialidade ou ambiente;
  - e) Seguir as normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental;
  - f) Executar carga, descarga e transporte de materiais que envolvam a natureza de seu serviço.
  - g) Efetuar o transporte manual de materiais e ferramentas.

#### **27) SUPERVISOR DE CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO - CBO 7102-05**

- Número de horas: 2.640 (equivalente a 1 posto por 12 meses)
- Requisito: Profissional com 2º grau completo; é exigível o conhecimento básico de informática.
- Experiência: experiência mínima comprovada em carteira de trabalho, de 03 (três) anos;
- Atribuições:
  - a) fazer programação dos serviços solicitados, inclusive previsão de horas e materiais e posterior apropriação de quantitativos de materiais e mão de obra;
  - b) fazer o preenchimento de relatórios de atividades e apuração de índices para novas programações;
  - c) supervisionar e liderar equipes de manutenção.
  - d) elaborar listas de materiais e especificações.
  - e) interpretar projetos de Engenharia e Arquitetura.

#### **28) SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA - CBO 8601-15 (c/ 30% de periculosidade)**

- Número de horas: 2.640 (equivalente a 1 posto por 12 meses)
- Requisito: Diploma de 2º grau de Técnico em Eletrotécnica, com habilitação para conduzir automóveis e caminhonetes, na área urbana, quando no exercício de sua função, com conhecimentos de leitura de projetos de arquitetura, eletricidade/telefonía, lógica, hidráulico/sanitários e estruturais;

- Experiência: experiência mínima comprovada em carteira de trabalho, de 05 (cinco) anos em empresas da construção civil, indústrias ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.
- Atribuições:
  - a) administração e acompanhamento técnico de serviços de manutenção e reformas em sistemas de eletricidade, telefonia e lógica;
  - b) coordenar, supervisionar e liderar equipes de manutenção elétrica;
  - c) trabalhar sob supervisão de engenheiros na condução de frentes de manutenção e obras prediais, sistemas de eletricidade, telefonia e lógica.
  - d) Manutenção preventiva, corretiva e instalação de grupos motogeradores, no que concerne aos geradores e aos motores destes;
  - e) Manutenção preventiva, corretiva e instalação de sistemas fotovoltaicos de geração de energia elétrica;
  - f) Manutenção preventiva, corretiva e instalação de nobreaks de potências de 500 VA até 100.000 VA.
  - g) Interpretar diagramas unifilares e trifilares de força e comando elétrico;
  - h) Interpretar projetos elétricos e eletromecânicos de máquinas, equipamentos e instalações, bem como esquemas de montagem e desenhos técnicos em geral;

## **29) TÉCNICO DE MANUTENÇÃO ELETRÔNICA (periculosidade 30%) – CBO 3132-05**

- Número de horas: 7.920 (equivalente a 3 postos por 12 meses);
- Requisito: Técnico em Eletrônica, Eletroeletrônica ou Automação;
- Experiência: 3 (três) anos de experiência anterior em empresas da indústria em geral, ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.
- Atribuições
  - a) Consertar e instalar nobreaks e toda a gama de aparelhos eletrônicos e eletroeletrônicos em geral, equipamentos cuja manutenção requer do técnico que estejam energizados, equipamentos de uso laboratorial, residencial e outros;
  - b) Dar manutenção nos circuitos e componentes eletroeletrônicos de equipamentos como aparelhos de ar condicionado, geladeiras, freezers e bebedouros;
  - c) Planejar, executar e controlar as manutenções preventivas e corretivas inerentes aos equipamentos eletroeletrônicos, bem como liderar montagens e instalações eletroeletrônicas, interagindo com equipe de profissionais componentes da equipe;
  - d) Treinar, orientar e avaliar o desempenho de operadores.
  - e) Estabelecer comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigir documentação técnica e organizar o local de trabalho. Podem ser supervisionados por engenheiros.
  - f) Executar, liderar e orientar a equipe na execução de investigação e solução de defeitos em placas de circuitos impressos bem como na execução de montagem, manutenção de equipamentos e sistemas em geral, relacionados à sua área.
  - g) Interpretar desenhos técnicos, projetos e normas técnicas, com condições de qualidade, segurança e preservação ambiental;
  - h) Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental;
  - i) Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente.
  - j) Manutenção preventiva, corretiva e instalação de sistemas fotovoltaicos de geração de energia elétrica;

k) Manutenção preventiva, corretiva e instalação de nobreaks de potências de 500 VA até 100.000 VA.

l) Executar manutenção preventiva e corretiva de sistemas de monitoramento energizados;

m) Executar manutenção preventiva e corretiva de sistemas elétricos de baixa-tensão energizados;

### **30) TÉCNICO EM ELETROMECAÂNICA - CBO 3003-05**

- Número de horas: 2.640 (equivalente a 01 posto por 12 meses);

- Requisito: Técnico 2º grau em Eletromecânica, Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Automação;

- Experiência: 3 anos ou mais de experiência anterior em empresas da indústria em geral, ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.

- Atribuições

a) Executar serviços de manutenção preventiva, corretiva de equipamentos eletroeletrônicos;

b) Executar serviços de manutenção preventiva, corretiva de equipamentos de refrigeração;

b) Executar serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalação de sistemas fotovoltaicos de geração de energia elétrica;

c) Executar manutenção preventiva, corretiva e instalação de nobreaks de potências de 500 VA até 100.000 VA.

d) Interpretar diagramas unifilares e trifilares de força e comando elétrico;

e) Interpretar projetos elétricos e eletromecânicos de máquinas, equipamentos e instalações, bem como esquemas de montagem e desenhos técnicos em geral;

### **31) TÉCNICO EM ELETROMECAÂNICA (periculosidade 30%) - CBO 3003-05**

- Número de horas: 5.280 (equivalente a 02 postos por 12 meses);

- Requisito: Técnico 2º grau em Eletromecânica, Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Automação;

- Experiência: 3 anos ou mais de experiência anterior em empresas da indústria em geral, ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.

- Atribuições

a) Executar serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalação de grupos motogeradores, no que concerne aos geradores e aos motores destes;

b) Executar serviços de manutenção preventiva, corretiva e instalação de sistemas fotovoltaicos de geração de energia elétrica;

c) Executar manutenção preventiva, corretiva e instalação de nobreaks de potências de 500 VA até 100.000 VA.

d) Interpretar diagramas unifilares e trifilares de força e comando elétrico;

e) Interpretar projetos elétricos e eletromecânicos de máquinas, equipamentos e instalações, bem como esquemas de montagem e desenhos técnicos em geral;

### **32) TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA – Nível I - CBO 3132-20**

- Número de horas: 15.840 (equivalente a 06 postos por 12 meses)

- Requisito: Técnico 2º grau em Eletrônica, Automação, Informática ou Eletrotécnica;

- Experiência: 1 a 3 anos de experiência anterior em empresas da indústria em geral, ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.

- Atribuições

a) Instalar aparelhos eletrônicos, impressoras, desktops, notebooks e demais equipamentos de informática;

- b) Suporte a sistemas operacionais, instalação de softwares, remoção de vírus, instalação de periféricos e drivers.
- c) Estabelecer comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigir documentação técnica e organizar o local de trabalho. Podem ser supervisionados por engenheiros.
- d) Manutenção em rede de dados, com ativação de pontos de redes LAN, substituição de equipamentos (ativos de rede), crimpagem de cabos;
- e) Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental;
- g) Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente.

### **33) TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA – Nível II - CBO 3132-20**

- Número de horas: 13.200 (equivalente a 05 postos por 12 meses);
- Requisito: Técnico 2º grau em Eletrônica, Automação, Informática ou Eletrotécnica;
- Experiência: 3 anos ou mais de experiência anterior em empresas da indústria em geral, ou empresas prestadoras de serviços de manutenção.
- Atribuições
  - a) Consertar aparelhos eletrônicos, impressoras, desktops, notebooks e demais equipamentos de informática, desenvolver dispositivos de circuitos eletrônicos;
  - b) Planejar, executar e controlar as manutenções preventivas e corretivas inerentes aos equipamentos eletrônicos e de informática, bem como liderar montagens e instalações eletroeletrônicas, interagindo com equipe de profissionais componentes da equipe;
  - c) Estabelecer comunicação oral e escrita para agilizar o trabalho, redigir documentação técnica e organizar o local de trabalho. Podem ser supervisionados por engenheiros.
  - d) Executar, liderar e orientar a equipe na execução de investigação e solução de defeitos em placas de circuitos impressos bem como na execução de montagem, manutenção de equipamentos e sistemas em geral, relacionados à sua área.
  - e) Interpretar desenhos técnicos, projetos e normas técnicas, com condições de qualidade, segurança e preservação ambiental;
  - f) Executar a formatação e implementação de sistemas operacionais;
  - g) Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental;
  - h) Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associado à sua especialidade ou ambiente.

### **34) VIDRACEIRO - CBO 7163-05**

- Número de horas: 2.640 (equivalente a 1 posto por 12 meses);
- Requisito: Alfabetizado.
- Experiência: 01 (UM) ano de experiência anterior na área de atuação, em vidraçarias, empresas da construção civil, etc.
- Atribuições:
  - a) Preparar máquinas, equipamentos e instrumentos para corte de vidros.
  - b) Cortar, montar e instalar vidros, vitrais e espelhos.
  - c) Montar vidros temperados.
  - d) Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental.

#### **POSTOS DE SOBREAVISO:**

- 1) Para os postos de trabalho abaixo, deverá cobrir os seguintes períodos:

- 1.1) de 6:00 às 7:30H e de 16:30 às 0:00H - (segundas às sextas-feiras);
- 1.2) de 6:00 às 0:00H - (aos sábados, domingos e feriados);

**Posto de sobreaviso de Bombeiro Hidráulico**

- Nº horas: 4.374 horas (equivalente a 1 posto mensalmente)

**Posto de sobreaviso de Eletricista de Alta Tensão**

- Nº horas: 4.374 horas (equivalente a 1 posto mensalmente)

**Posto de sobreaviso de Ajudante de eletricista**

- Nº horas: 4.374 horas (equivalente a 1 posto mensalmente)

**Posto de Técnico em Eletromecânica**

- Nº horas: 4.374 horas (equivalente a 1 posto mensalmente)

**2) Posto de sobreaviso de Supervisor de Manutenção Elétrica**

- Nº horas: 1.878 horas (equivalente a 1 posto mensalmente)

**OBSERVAÇÃO:**

Os postos de sobreaviso destinam-se ao atendimento de urgência a ocorrências verificadas durante os períodos de 6:00 às 7:30H e de 16:30H às 0:00H (de segundas às sextas-feiras) e ainda, nos finais de semana e feriados (de 6:00H às 0:00H), relacionadas à danificação de instalações hidráulicas que venham a causar vazamentos e alagamentos em prédios colocando em risco sua estrutura e a integridade de móveis e equipamentos; ocorrências elétricas que venham a causar a interrupção de energia elétrica pondo em risco pesquisas (pela possibilidade de perda de culturas, produtos biológicos e químicos que necessitam ser armazenados em baixíssimas temperaturas ou de outros tipos que precisam de aquecimento constante); de lógica que ameacem a perda de informações vitais às atividades administrativas e acadêmicas.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. *A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*
- 2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026*

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

- 3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Sustentabilidade**

- 4.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*
  - 4.1.1 *A empresa a ser contratada deverá promover o gerenciamento adequado dos resíduos da construção civil;*
  - 4.1.2 *A empresa contratada deverá atender toda a normatização interna da UFJF quanto à destinação dos resíduos, em consonância com a Diretoria de Sustentabilidade e Patrimônio da UFJF;*

4.1.3 Nos serviços de pequenas reformas e adaptações pertencentes ao objeto da contratação deverão ser observados todos os aspectos técnicos de sustentabilidade como por exemplo: ventilação e iluminação naturais, aproveitamento das águas da chuva, iluminação setorizada, dentre outros.

## **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



- 4.9.2 *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*
- 4.9.3 *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.*
- 4.10. *A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.*
- 4.10.1 *O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.*
- 4.11. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*
- 4.12. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*
- 4.13. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.*
- 4.14. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*
- 4.14.1 *O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
- 4.14.2 *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.*
- 4.15. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.*
- 4.15.1 *A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.*
- 4.15.2 *A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.*
- 4.16. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*
- 4.16.1 *Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;*
- 4.16.2 *Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;*

4.16.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **Vistoria**

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 17 horas.

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.22.1 **A vistoria deverá ser agendada previamente pelas licitantes na PROINFRA - Pró-Reitoria de Infraestrutura, por meio do telefone (32) 2102-3713 ou pelo e-mail [secretaria.proinfra@ufjf.br](mailto:secretaria.proinfra@ufjf.br) que agendará, em horário comercial.**

4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal (ANEXO V- Declaração de Vistoria Técnica ou Renúncia) assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Instalação de escritório**

4.25. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de **JUIZ DE FORA – MG**, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.25.1 Para a gestão administrativa e técnica da força de trabalho alocada, a empresa deverá manter um Escritório Central junto à Universidade, contendo a seguinte estrutura mínima: 02 (dois) engenheiros (prepostos) - sendo 01 (um) Engenheiro civil (jornada de 40 horas semanais) e 01 (um) Engenheiro Eletricista (jornada de 40 horas semanais) - mais 01 (um) Técnico de Segurança do Trabalho (jornada integral) 01 (um) Técnico de Contabilidade (jornada integral) com experiência em Recursos Humanos, 01 (um) Auxiliar administrativo (jornada integral). Deverá ainda manter mobiliário, computadores (sendo dois deles com software de projetos AUTOCAD instalado), impressora, linha telefônica, conexão de internet, e demais equipamentos em número adequado e compatível com o perfeito funcionamento, garantindo suporte às atividades de campo exercidas pelas equipes nas frentes de trabalho. Os custos inerentes a este item devem ser lançados no ANEXO IV- MODELO PROPOSTA - Planilha de Custos e Formação de Preços em módulo específico (Custos Indiretos).

4.25.2 ***Para de quaisquer serviços específicos que exijam anotação de responsabilidade no CREA, como manutenção/ instalação e operação em Alta Tensão, ou mesmo quando da realização de grandes eventos na Praça Cívica da UFJF, em que as instalações/ supervisão estiverem a cargo de profissionais da Contratada, onde houver exigência do Conselho, ou do CBMMG - Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, ou ainda de qualquer outro órgão ou Repartição Pública, a Contratada deverá emitir ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, arcando com os custos inerentes.***

4.25.3 O controle da jornada dos funcionários será obrigatoriamente acompanhado pelo preposto da contratada, devendo atender às orientações exaradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Portaria 1.510, de 21 de agosto de 2009 e demais legislações pertinentes ao tema, bem como estar plenamente custeada pela proposta da empresa, nas condições abaixo:

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1.1 Início da execução do objeto: A prestação de serviços terá início, impreterivelmente, na data de 16/08/2026, atendendo às necessidades da UFJF de que não haja interrupção nos serviços de manutenção/ operação dos sistemas de abastecimento hoje prestados por meio do contrato 40/2021 vigente, cuja data de expiração será em 15/08/2026.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

#### **Manutenção Corretiva**

5.1.2.1. A Contratada executará os serviços de manutenção corretiva mediante as solicitações constantes nas requisições de serviço da UFJF emitida pelo sistema SIGA - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica, no critério de ordem cronológica de entrada, salvo emergências de natureza elétrica, hidráulica, equipamentos ou outras, que serão atendidas prioritariamente.

5.1.2.2. A manutenção destinada à correção em todas as instalações e equipamentos nas edificações da e outros sistemas deverá ser realizada diariamente pela Contratada. Deverão ser atendidas as requisições de serviço emitidas pela Contratante e demais solicitações da PROINFRA que em linhas gerais se destinam a:

5.1.2.3. Operação: montagem e desmontagem de mobiliários e divisórias, movimentação vertical e horizontal bens permanentes, bens de consumo, mobiliários, divisórias e processos; acompanhamento e auxílio nos recebimentos de materiais adquiridos pela contratante e movimentação vertical e horizontal dos mesmos; transporte de mobiliários, bens e outros materiais da Autarquia em veículos próprios ou alugados da contratante.

5.1.2.4. Sistema Predial: Prestação de serviços de manutenção e de pequenos reparos em telhados, pisos, azulejos, carpetes, pisos elevados, forros, paredes, portas, janelas, mobiliários, divisórias; pinturas, desentupimento de redes de esgoto internas e externas, reparos e instalação de torneiras, válvulas de descarga, vasos sanitários, lavatórios, mictórios, etc. Manutenção/instalação de tubulações de água e esgoto, reservatórios de água, boias, calhas e dutos, limpeza de calhas, etc. Inclui serviços de marcenaria, no tocante a reparos e produção de mobiliário e artefatos de madeira e derivados, serviços de serralheria para reparos e produção de esquadrias e artefatos metálicos, tornearia e pintura industrial.

5.1.2.5. Sistema Elétrico: Manutenção destinada à correção e instalação de Sistemas de Iluminação e Tomadas, Redes de Distribuição em Baixa-Tensão, Sistema de Iluminação Pública, operação e manutenção de Subestações, Redes Aéreas de Alta-Tensão, Geradores, Sistemas de Proteção Contra Descargas Atmosféricas, Sistemas de Cabeamento Estruturado, Sistemas de Telefonia, Sonorização,

CFTV, etc. Inclui reparos/ substituição/ instalação de luminárias, reatores, lâmpadas, cabos elétricos, tomadas, interruptores de luz, quadros de distribuição de energia, disjuntores, contadores, chaves seccionadoras, racks de distribuição de redes LAN, e todos os demais dispositivos e materiais relacionados a estes sistemas.

5.1.2.6. Equipamentos Eletroeletrônicos; execução de limpeza e reparos em equipamentos eletroeletrônicos em geral, oriundos de laboratórios de graduação e pós-graduação, cozinhas e copas, ventiladores, aparelhos de ar condicionado, geladeiras, freezers, etc.

5.1.2.7. Sistema Viário: Manutenção destinada à conservação de estacionamento, vias de trânsito internas ao campus e demais dependências da Cidade Universitária, no tocante ao seu sistema de sinalização, mobiliário urbano, calçadas para pedestres, rampas e aparelhos de mobilidade urbana, pisos de blocos intertravados, pisos táteis, limpeza de canaletas de águas pluviais, limpeza/varrição das áreas urbanas, etc.

5.1.2.8. Parques e Jardins: manutenção, replantio e manejo de áreas cultivadas correspondentes a hortos e jardins, pintura de guias de ruas, execução de podas e corte de árvores, abertura de valas, execução de aceiros, capina, manutenção de gramados com emprego de roçadeiras, etc.

5.1.2.9. No caso dos serviços de pequenas reformas e adaptações do espaço físico, a Contratada deverá desenvolver PREVIAMENTE os projetos de Arquitetura e complementares de Engenharia em conjunto com a equipe técnica da UFJF.

#### Manutenção Preventiva

5.1.2.10. A manutenção preventiva se dará conforme a programação abaixo, contida nos quadros (de 1 A 9, abaixo), que estabelecem a descrição e a periodicidade dos eventos de manutenção mais relevantes, com sua periodicidade e tarefas a serem realizadas pela empresa de engenharia a ser contratada.

QUADRO 1		
PROGRAMAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (PROGRAMADAS)		
Sistema 1 - SUBESTAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA e REDES DE DISTRIBUIÇÃO 15.000V		
LOCAL	PERIODI CIDADE	SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS
<b>1) SE Principal</b> <b>TRAFO 1 - Primário - 22kV - (1.500 kVA)</b> <b>TRAFO 2 - Primário - 22kV - (1.500 kVA)</b> <b>TRAFO 3 - Primário - 22kV - (1.500 kVA)</b> <b>TRAFO 5 - Primário - 22kV - (300 kVA);</b> <b>2) SE - ICB - (1 transformador 500 kVA - 6.600/220V);</b> <b>3) SE - CGCO - (transformadores 1x 500 kVA + 1x 225 kVA - 6.600/220V);</b> <b>4) SE - FÍSICO QUÍMICA (1 transformador 300 kVA - 6.600/220V);</b> <b>5) SE - MODELAGEM COMPUTACIONAL - (1 transformador 75 kVA - 6.600/220V);</b> <b>6) SE - ENGENHARIA - (1 transformador 500 kVA - 6.600/220V);</b> <b>7) SE - RU - Restaurante Universitário - (1 transformador 500 kVA - 6.600/220V);</b> <b>8) SE - CBR - (1 transformador 75 kVA - 6.600/220V);</b> <b>9) SE - IAD - (1 transformador 300 kVA - 6.600/220V);</b> <b>10) SE - BIBLIOTECA ICE;</b> <b>11) SE - CRITT (1 transformador 112,5 kVA - 6.600/220V);</b> <b>12) SE - PARTEC;</b> <b>13) SE - FAEFID 1 (subestação antiga - 1 transformador 300 kVA - 6.600/220V);</b>	A cada 6 meses	a) Verificação da Coordenação e Seletividade da Proteção contra sobrecorrente e curto-circuito; b) Medição da resistência da malha-de-terra com utilização de megôhmetro; c) Ensaio de Rotina dos Transformadores a óleo: ensaios de Rigidez Dielétrica do óleo isolante (para trafos a óleo), Resistência de isolamento, Relação de Tensões, Seqüência de fases, Deslocamento angular, Perdas em vazio, em carga e totais, Tensão induzida, Tensão aplicada ao dielétrico, Tensão de curto-circuito, Corrente de excitação; d) Medições de resistências de isolamento dos cabos, chaves seccionadoras, disjuntores e muflas de alta tensão (15.000V e 25.000V). e) Verificação (medida) de baixas resistências de contato de disjuntores de Alta Tensão, chaves seccionadoras; f) Verificação dos instrumentos de medição, transformadores de corrente e potencial das subestações; g) Limpeza e reaperto de todas as conexões elétricas e mecânicas das subestações. h) Limpeza de contatos de disjuntores e chaves seccionadoras de alta e baixa-tensão;

14) SE - FAEFID 2 (subestação Arena - 1 transformador 300 kVA - 6.600/220V); 15) SE - FAEFID 3 (subestação Campo Fut. - 1 transformador 300 kVA - 6.600/220V); 16) SE - SUSTENTABILIDADE (1 transformador 150 kVA - 6.600/220V); 17) SE - ICH (1 transformador 225 kVA - 6.600/220V); 18) SE – METEOROLOGIA; 19) SE - ESTUDOS SOCIAIS (1 transformador 225 kVA - 6.600/220V); 20) SE - PLANETÁRIO (1 transformador 500 kVA - 6.600/220V); 21) SE - ECONOMIA / FACOM (1 transformador 300 kVA - 6.600/220V); 22) SE - ODONTOLOGIA (1 transformador 500 kVA - 6.600/220V); 23) SE – VETERINÁRIA; 24) SE - CORPO DE BOMBEIROS (1 transformador 150 kVA - 6.600/220V); 25) SE - MAMM (1 transformador 300 kVA - 22.000/220V); 25) SE - JOÃO XXIII (1 transformador 300 kVA - 22.000/220V); 27) SE - CAED (1 transformador 300 kVA - 22.000/220V); 28) SE- Moradia Estudantil 1 (1 transformador 112,5kVA - 22.000/220V); 29) SE- Moradia Estudantil 2 (1 transformador 112,5kVA - 22.000/220V); 30) SE- Medicina / Fisioterapia (1 transformador 300 kVA - 22.000/220V);	i) Limpeza geral dos abrigos e cubículos metálicos das subestações abrigadas. j) Verificação do sistema de iluminação e tomadas dos abrigos das subestações; k) Verificação dos sistemas de iluminação e aquecimento dos cubículos metálicos das Subestações blindadas; l) Verificação do sistema de comando das Subestações (réguas de bornes, contadores, relés, etc.); m) Verificação do nível do óleo dielétrico dos transformadores e sua reposição (quando for o caso); n) Testar operação manual e automática de disjuntores de AT.
--	---

QUADRO 2		
PROGRAMAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (PROGRAMADAS)		
Sistema 2 – SISTEMA ELÉTRICO DE BAIXA-TENSÃO		
LOCAL	PERIODICIDADE	SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS
Redes de Distribuição subterrâneas de BT – Alimentadores e Quadros de distribuição (tensão trifásica 220V e 380V)	A cada 3 meses	a) Verificar a existência de “pontos quentes” nos painéis, quadros gerais e parciais, com utilização de termografia. b) Limpeza e reaperto de conexões elétricas e mecânicas de cabos e disjuntores nos quadros gerais e parciais das unidades prediais; c) Verificação das redes de dutos subterrâneas e seu estado de conservação, inclusive poços de inspeção subterrâneos. d) Verificação das emendas de cabos alimentadores quanto à sua integridade mecânica e estanqueidade. e) Manutenção dos poços de visita e demais caixas subterrâneas, incluindo remoção de depósitos de terra ou lama, detetização contra insetos (cupins, baratas, escorpiões, etc.)

	A cada 6 meses	Manutenção dos poços de visita e demais caixas subterrâneas, incluindo remoção de depósitos de terra ou lama, dedetização contra insetos e aracnídeos (cupins, baratas, escorpiões, etc.). Inclui pintura das paredes internas das caixas com 2 demãos na cor branca.
--	----------------	---

QUADRO 3		
PROGRAMAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (PROGRAMADAS)		
Sistema 5 – GERAÇÃO DE ENERGIA DE EMERGÊNCIA		
LOCAL	PERIODICIDADE	SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS
22 Grupos Motor-gerador instalados nas seguintes áreas: - SE Principal: ...380kVA - SE do ICB: .....380kVA - SE do CGCO: ..735KVA - SE da Engenharia Computacional: 635kVA - SE Modelagem Computacional: .....325kVA - SE Fac. Engª . 380...KVA - SE Bibliot.Eng.400kVA - SE Rest. Univ. .635kVA - SE IAD .....380 kVA - SE CRITT .....115 kVA -SE CBR ..... 400 kVA - SE FAEFID I .. 115 kVA - SE FAEFID II . 380 kVA -SE Est. Sociais.380 kVA - SE Odonto .... 380 kVA - SE ICH ..... 325 kVA - SE Economia . 635 kVA -SE Planetário ...2x400 kVA - SE Medicina .. 635 kVA - SE João XIII ... 400 kVA - SE MAMM ..... 635 kVA	A cada 15 dias	a) Desconectar a rede CEMIG e colocar o GMG em operação (em carga) por um período de 1 hora. b) Verificar os seguintes itens: -Nível de combustível; -Nível de óleo do cárter; -Nível de água do motor; -Carga da bateria; -Sistema de pré-aquecimento; -Operação do display do gerador; -Existência de algum alarme disparado; -Últimas ocorrências registradas.

QUADRO 4		
PROGRAMAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (PROGRAMADAS)		
Sistema 6 – SISTEMA PREDIAL		
LOCAL	PERIODICIDADE	SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS
Reservatórios de Água – Elevados/ Subterrâneos	A cada 6 meses	Verificar e corrigir: - Funcionamento das bombas de recalque; - Funcionamento das “chaves bóia” comando automático das bombas de recalque. - Limpeza e higienização dos reservatórios de água potável.

	A cada ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Impermeabilização Interna nos reservatórios elevados;</li> <li>-Impermeabilização Interna / Externa nos reservatórios subterrâneos;</li> <li>-Estado de conservação das partes metálicas (escadas de marinho, tampas, etc., se necessário repintar);</li> <li>-Estado de conservação dos registros de comando (gaxetas, vedação etc.);</li> <li>-Verificar vedação das bóias, se necessário substituir.</li> </ul>
Cobertura das Edificações	A cada 30 dias	-Limpeza das calhas e condutores de telhados
	A cada 6 meses	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Verificação da estrutura do telhado e forros observando a existência de cupins ou caruncho se necessário usar o inseticida adequado;</li> <li>-Calhas, rufos, buzinos, ralos, desobstruir se necessário;</li> <li>-Lajes impermeabilizadas, verificar estado de conservação e corrigir, se necessário.</li> </ul>
	A cada ano	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Verniz ou pintura no madeiramento aparente do telhado com aplicação de inseticida apropriado;</li> <li>-Revisão e substituição de telhas quebradas, recolocação no lugar de telhas deslocadas;</li> <li>-Retirar, se existentes, ninhos de pássaros e roedores;</li> <li>-Verificar a existência de cupins, carunchos, e outros insetos no madeiramento do forro se necessário aplicar inseticida adequado.</li> </ul>

QUADRO 5		
PROGRAMAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (PROGRAMADAS)		
Sistema 6 – SISTEMA PREDIAL - Continuação		
LOCAL	PERIODICIDADE	SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS
Esquadrias Metálicas e de Madeira	A cada 3 meses	- Substituir vidros quebrados e/ou trincados;

	A cada 6 meses	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificar estado de conservação das peças de madeira/metálica, substituindo-as se necessário;</li> <li>- Verificar funcionamento de dobradiças, maçanetas, alavancas de comando, rolamentos, cremonas, etc., lubrificando-as com óleo de máquina e reapertando parafusos de fixação;</li> <li>- Verificar funcionamento de portas de vidro (blindex). Fazer regulagem, se necessário.</li> <li>-Verificar estanqueidade de portas externas e janelas;</li> </ul>
	A cada ano	-Verificar orifícios de escoamento de águas pluviais das esquadrias, desobstruindo-os se necessário.
Pisos, tetos e paredes	A cada mês	-Verificar a existência de umidade em paredes e tetos, pesquisar e eliminar as causas.
	A cada 6 meses	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Verificar, por percussão, a existência de azulejos, cerâmicas ou pastilhas soltas, retirando as peças avariadas e reassentando-as e/ou substituindo-os;</li> <li>-Verificar se existem pedras, lajotas, ladrilhos, tábuas ou tacos soltos ou quebrados, reassentando-os e/ou substituí-los</li> </ul>
	A cada ano	Recuperação de pintura e/ou repintura

<b>QUADRO 6</b>		
<b>PROGRAMAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (PROGRAMADAS)</b>		
Sistema 7 – Mobiliário urbano		
LOCAL	PERIODICIDADE	SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS
Fontes e espelhos d'água	Diária	- Fazer a limpeza, retirando as impurezas e verificando os bicos de aspersão;
	A cada 6 meses	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trocar a água do reservatório;</li> <li>- Limpeza geral, troca de equipamentos avariados e eliminação da ferrugem etc.</li> </ul>
Canaletas de água pluvial	A cada 3 meses	- Limpeza/ varrição.



Abrigos para passageiros de ônibus	A cada 3 meses	- Lavar com lavadora de alta pressão.
	A cada 12 meses	- Verificação de pintura, com correção e repintura quando necessário.

QUADRO 7		
PROGRAMAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (PROGRAMADAS)		
Sistema 8 – Sistema Hidrossanitário		
LOCAL	PERIODICIDADE	SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS
Redes de Água Potável/ Incêndio	A cada 30 dias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificação e correção se necessária das bombas de recalque, quanto aos retentores e luvas de acoplamento, rolamentos, gaxetas, alinhamento dos eixos e gotejamento;</li> <li>- Verificação da alimentação elétrica das bombas, com relação ao painel de comando, contadores, disjuntores/ fusíveis, cabos alimentadores, etc.</li> <li>- Verificação da existência de sobreaquecimento, ruídos ou vibrações anormais;</li> <li>- Verificação/ correção de bóias de nível inferior e superior.</li> </ul>
Redes de Águas Pluviais e Esgoto	A cada 15 dias	- Limpeza das caixas de gordura.
	A cada 3 meses	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limpeza da tubulação de esgoto;</li> <li>- Limpeza dos poços de inspeção;</li> </ul>
	A cada 6 meses	- Limpeza das caixas de passagens, canaletas e drenos de águas pluviais.

Copas e bebedouros	A cada 30 dias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vazamentos em torneiras, registros, pias, bebedouros, etc.;</li> <li>- Vazamentos em torneiras, registros, pias, bebedouros, etc.;</li> <li>- Pressão da água gelada nos bebedouros;</li> <li>- Limpar filtro do bebedouro;</li> </ul>
Instalações sanitárias e Vestiários	A cada 15 dias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificação, inspeção e correção de vazamentos nas tubulações de descargas, válvulas, gaxetas, registros;</li> <li>- Limpeza e desobstrução de ralos sifonados e comuns;</li> <li>- Regulagem de válvulas de mictórios e vasos sanitários;</li> <li>- Verificação e ajuste do tempo de torneiras temporizadas por toque (pressão)</li> </ul>

QUADRO 8		
PROGRAMAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (PROGRAMADAS)		
Sistema 3 – SISTEMA TELEFÔNICO		
LOCAL	PERIODICIDADE	SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

Redes primária e secundária de telefonia.	A cada 6 meses	a) Testes de conformidade de pares metálicos de cabos telefônicos com utilização de megger, multímetro, gerador de sinal, ecômetro, psôfômetro e outros; b) Verificação dos DG's (Distribuidores Gerais) e caixas de passagem quanto ao estado dos blocos de distribuição do tipo Cook, engate rápido e Bli; c) Verificação das redes de dutos subterrâneas e seu estado de conservação, inclusive poços de inspeção subterrâneos. d) Verificação das luvas de emenda de cabos metálicos quanto à sua integridade mecânica e estanqueidade. e) Manutenção dos poços de visita e demais caixas subterrâneas, incluindo remoção de depósitos de terra ou lama, dedetização contra insetos e aracnídeos (cupins, baratas, escorpiões, etc.). Inclui pintura das paredes internas das caixas com 2 demãos na cor branca.
---	----------------	--

QUADRO 9		
PROGRAMAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS (PROGRAMADAS)		
Sistema 4 – SISTEMA TRANSMISSÃO DE DADOS		
LOCAL	PERIODICIDADE	SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS
Backbone (Rede primária) e secundária de fibra ótica.	A cada 6 meses	a) Testes de conformidade de pares óticos: <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Atenuação em decibéis (dB) com emprego de OTDR - Reflectômetro Óptico no Domínio do Tempo;</li> <li>2) Continuidade</li> </ol> b) Verificação dos racks de distribuição das redes LAN e rearranjo quando necessário; c) Verificação das redes de dutos subterrâneas e seu estado de conservação, inclusive poços de inspeção subterrâneos. d) Verificação das luvas de emenda de cabos óticos quanto à sua integridade mecânica e estanqueidade. e) Manutenção dos poços de visita e demais caixas subterrâneas, incluindo remoção de depósitos de terra ou lama, dedetização contra insetos e aracnídeos (cupins, baratas, escorpiões, etc.). Inclui pintura das paredes internas das caixas com 2 demãos na cor branca.

5.1.3 Não haverá cobertura de pessoal quando das férias dos empregados alocados nos postos de trabalho; assim, nos períodos de gozo de férias de cada trabalhador, a Contratante não remunerará a Contratada os valores dos postos nos meses em que essa conceder férias a seu pessoal, mas, tão somente o valor referente ao encargo “férias”, constante para cada posto de trabalho da proposta da licitante vencedora;

5.1.4 O deslocamento, a serviço, dos trabalhadores da CONTRATADA dentro do campus e para as Unidades situadas no centro urbano de Juiz de Fora, dar-se-á em transporte próprio da CONTRATANTE.

5.1.5 A Contratada e seus empregados deverão observar as normas de funcionamento da PROINFRA/UFJF e/ou da Unidade onde serão prestados os serviços.

5.1.6 Os empregados da contratada deverão assumir diariamente seus postos com aparência pessoal adequada, devidamente uniformizados e portando crachás de identificação. O crachá deverá ter o logo da empresa, o nome do trabalhador e a função do mesmo;

5.1.7 Poderá ser adotada escala de revezamento em finais de semanas e feriados de acordo com as necessidades da Contratante, respeitando o Descanso Semanal Remunerado e os intervalos legais.

5.1.8 A empresa contratada poderá adotar Banco de Horas, desde que esteja previsto em Convenção, Dissídio ou Acordo Coletivo, para compensação de horas adicionais, dentro da vigência do contrato.

5.1.9 Nos casos em que houver recesso na universidade, que paralise as atividades nos locais de trabalho do terceirizado, aplica-se o Banco de Horas e realiza-se o desconto do Vale Transporte e do Vale Alimentação, conforme Nota Técnica do Ministério do Planejamento nº 66/2018.

5.1.10 No recesso da universidade, as horas não trabalhadas deverão compor o Banco de Horas.

5.1.11 Para que se efetive o recesso, o Gestor do Contrato deverá informar ao Preposto da empresa contratada, para que a mesma organize seus empregados.

5.1.12 **FÉRIAS COLETIVAS:** Deverá ser previsto pela adjudicatária a realização de férias coletivas de seus empregados nos recessos de fim de ano da UFJF, de maneira a não manter m.d.o. ociosa nesses períodos.

5.1.13 As férias coletivas deverão ser realizadas sempre no período correspondente aos 15 (quinze) dias que antecedem ao primeiro dia útil inclusive este) anterior ao feriado do Natal.

5.1.14 A critério e atendimento exclusivo dos interesses/ necessidades da Contratante, dentro dos limites legais o período em que se realizarão as férias coletivas poderá ser alterado/deslocado ou mesmo ampliado para duração maior que os 15 (quinze) dias inicialmente previstos neste instrumento.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.2.1 **Campus Sede UFJF** – R. José Lourenço Kelmer s/nº;

5.2.2 Todas as edificações (Unidades Administrativas e outras) da UFJF situadas no centro urbano do município de Juiz de Fora;

5.2.3 Sítio denominado **Jardim Botânico**, situado à R. Cel. Almeida Novais, 246 - Santa Terezinha, Juiz de Fora;

5.2.4 Área rural (**Fazenda**) de propriedade da UFJF situada no município de Ewbank da Câmara.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

O regime de trabalho é de **40 horas** semanais e a prestação dos serviços dar-se-á, de segunda a sexta-feira, consideradas as particularidades abaixo.

**a.** Os serviços serão prestados no horário compreendido entre **7:30 e 11:30 horas e entre 12:30 e 16:30 horas**, de segundas às sextas feiras, podendo haver flexibilização desta jornada de trabalho dentro dos limites do trabalho diurno, ou seja, de 06:00 às 22:00h;

#### **b. POSTOS DE SOBREAviso – período de cobertura:**

**b1.** A presente contratação prevê a implantação do **regime de sobreaviso** nos postos de trabalho constantes no item 1.1 (Eletricistas, Ajudantes de Eletricista, Operador Eletromecânico, Bombeiros hidráulicos e Supervisor de Manutenção Elétrica), que deverão estar incluídos na proposta da Contratada.

**b.2.** A Contratada deverá implantar o Regime de Sobreaviso de maneira a cobrir os seguintes períodos:

**b.2.1.** de 6:00 às 7:30 H e de 16:30 às 24:00 H de segunda a sexta-feira;

**b.2.2.** de 6:00 às 24:00 horas aos sábados, domingos e feriados.

**\*NOTA;** Para o caso do posto **Supervisor de Manutenção Elétrica**, a cobertura do sobreaviso será de 3 horas por dia útil e de 12 horas a cada fim de semana, sendo um sábado a cada mês, necessariamente, e os demais aos domingos.

**c.3.** os profissionais serão acionados diretamente, pela PROINFRA – Pró-Reitoria de Infraestrutura, ou pela Coordenação de Segurança da UFJF, em casos de urgência;

**c.4.** a escala dos postos de sobreaviso deverá constar o nome, endereço e telefone de cada profissional e ser entregue à PROINFRA e Coordenação de Segurança da UFJF;

**c.5.** os profissionais que atuarão nos postos de sobreaviso serão os mesmos que ocuparão os postos de cobertura do horário diurno de segunda a sexta-feira, não podendo ser utilizados outros profissionais;

**c.6.** as horas remuneradas como sobreaviso, abrangem todo o período acima citado em que os profissionais permanecem em standby, aguardando a qualquer momento o chamado de urgência para o serviço durante o período de descanso. As horas envolvidas nesta cobertura serão pagas, conforme a legislação vigente, à razão de 1/3 (um terço) da hora normal.

**c.7.** as horas que efetivamente forem utilizadas no atendimento da urgência (apuradas da hora da chegada dos profissionais na Universidade, até sua saída, medidas em relógio de ponto), serão pagas como horas-extras, conforme demonstrado na tabela do item 1.1, deduzindo-se igual quantidade de horas (remuneradas à base de 1/3 da hora normal) do posto de Regime de Sobreaviso que acudir ao chamado.

**c.8.** Os valores das horas-extras, em decorrência de terem sido realizadas ou em dias de semana, ou sábados, ou domingos e feriados (com ou sem adicional noturno), serão remunerados à base da hora normal acrescida dos percentuais específicos previstos na Convenção Coletiva do Sinduscon - Juiz de Fora, eleita como referência para a elaboração da Planilha de Preços Referencial da Instituição.

## **Rotinas a serem cumpridas**

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1.1. *Checagem diária das ordens de serviço não executadas e distribuição dos serviços às equipes;*

5.3.1.2. *Fiscalização diária da utilização de EPIs nas frentes de trabalho;*

5.3.1.3. *Gerenciamento diário das frentes de trabalho no campo, por parte dos Engenheiros e Encarregados da empresa.*

## **Materiais/ Equipamentos a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário: A presente contratação não prevê o fornecimento de materiais de construção civil pela Contratada. As responsabilidades de ambas as partes neste aspecto são definidas abaixo:

5.4.1 *Itens de fornecimento do CONTRATANTE:*

5.4.1.1. **MATERIAIS:** Todos os materiais de construção civil e toda a gama de itens envolvidos na manutenção de equipamentos e sistemas abrangidos pelo objeto desta contratação serão fornecidos pelo CONTRATANTE;

**5.4.1.2. FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS:** Serão disponibilizados pela Ferramentaria da UFJF à Contratada, desde que atendidas as seguintes condições:

5.4.1.2.1. No início da execução do contrato será feito um inventário completo de todos os itens cedidos pela Contratante à Contratada;

5.4.1.2.2. A Contratada deverá assinar o documento e um termo de responsabilidade onde se comprometerá a ressarcir, substituir ou reparar o(s) item(ns) eventualmente danificado(s) ou extraviado(s);

5.4.1.2.3. A Contratada deverá promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

5.4.1.2.4. A cada 03 (três) meses a UFJF fará um balanço e conferência de todos os itens cedidos à adjudicada. Constatando-se danos, a Contratada deverá reparar a ferramenta, equipamento ou máquina em oficinas especializadas, às suas expensas.

5.4.1.2.5. Nos casos de extravio ou danos irreparáveis a máquinas, equipamentos ou ferramentas cedidas pela UFJF à Contratada, esta deverá providenciar a substituição por item novo, de qualidade equivalente ou superior, que tenha as mesmas especificações técnicas e padrão de qualidade do item cedido.

5.4.1.2.6. A substituição a que se refere o subitem anterior deverá ocorrer automaticamente por iniciativa da própria Contratada. Entretanto, caso isto não ocorra de forma espontânea, a Contratada observará o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir da comunicação da Fiscalização da UFJF.

5.4.1.2.7. A não substituição no prazo estabelecido acima implicará nas penalidades cabíveis, além da glosa, na medição seguinte, do valor correspondente ao bem extraviado/suprimido/danificado acrescido dos custos envolvidos no aluguel de equipamento/ferramenta similar, com ou sem mão-de-obra de operação do mesmo, para que não haja solução de continuidade na realização dos serviços imprescindíveis ao funcionamento da UFJF.

5.4.1.2.8. A Contratada deverá manter controle sobre todos equipamentos/ ferramentas entregues aos seus trabalhadores. Nos casos em que a empresa rescindir o contrato de quaisquer dos trabalhadores a empresa deverá verificar se existe algum destes em posse do mesmo, promovendo sua devolução à Ferramentaria.

5.4.1.2.9. Caso haja extravio ou não devolução por parte do empregado, valerão as condições devolução/ ressarcimento estabelecidas nos subitens 6.4.1.2.5, 6.4.1.2.6 e 6.4.1.2.7.

5.4.1.2.10. A CONTRATADA deverá se ajustar às normas e procedimentos da CONTRATANTE no tocante à sistemática de controle de entrada e saída de materiais/ferramentas do almoxarifado e ferramentaria nas dependências da CONTRATANTE. Cada profissional da Contratada deverá se submeter ao controle por meio da cautela de responsabilidade de ferramentas e instrumentos. Nos casos de não devolução de ferramentas e equipamentos, caberá à Contratada ressarcir à Contratante os itens de ferramentaria não devolvidos ou danificados de maneira propositada, assegurado o direito de ampla defesa e contraditório.

**5.4.1.3. VEÍCULOS e MÁQUINAS OPERATRIZES:**

5.4.1.3.1. Uma vez que a UFJF dispõe de grande patrimônio imobilizado no tocante a caminhões caçamba, caminhão Munck, caminhão cesto-aéreo, caminhão tanque, caminhões c/ carroceria, veículos utilitários, automóveis e Retroescavadeira, os princípios de economicidade que constam da lei de licitações determinaram a contratação dos serviços de manutenção objeto desta contratação, com suporte de frota de veículos/ máquinas disponibilizadas pela UFJF, nas seguintes condições:

5.4.1.3.2. O deslocamento, a serviço, dos trabalhadores da CONTRATADA dentro do campus e para as Unidades situadas no centro urbano de Juiz de Fora, dar-se-á em transporte próprio da CONTRATANTE.

5.4.1.3.3. Serão concedidas licenças especiais a trabalhadores da Contratada para condução de veículos/ operação de máquinas operatrizes, nos casos em que a Fiscalização da UFJF julgar necessários.

5.4.1.3.4. MULTAS DE TRÂNSITO: No caso de ocorrência de multas, a Contratada deverá pagar, no prazo estabelecido no auto de infração, o respectivo valor, entregando o correspondente auto devidamente quitado à Universidade, no prazo de até 03(três) dias úteis da data do pagamento; se a Contratante pagar a multa, a Contratada deverá ressarcir-la com o valor concernente, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, contados da data de recebimento do documento de cobrança.

5.4.1.3.5. Em caso de aplicação de multa de trânsito devida por infração do empregado da Contratada, esta se compromete que esse assumirá perante o órgão autuador, no prazo legal, que conduzia o veículo no momento da infração, conforme dispõe a Legislação de Trânsito para efeito de pontuação na carteira de habilitação.

5.4.1.3.6. DANOS MATERIAIS/ ACIDENTES: No caso de danos materiais a veículos da Universidade operados/ conduzidos por empregados da Contratada, a mesma deverá arcar com o valor da franquia (quando o veículo tiver seguro total) ou do total do prejuízo (no caso de não haver seguro total), no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da ocorrência do sinistro, ou, em outro prazo que a Universidade venha a determinar;

5.4.1.3.7. No caso de acidente com vítimas, ocasionado por profissional da Contratada, em carro sem seguro total, responsabilizar-se-á, esta, pelos ressarcimentos das respectivas indenizações;

5.4.1.3.8. Caso a contratada se negue a fazer os pagamentos e/ou ressarcimentos de que tratam as alíneas 6.4.1.3.4, 6.4.1.3.1.6 e 6.4.1.3.7 acima, a Universidade poderá descontar do pagamento da Contratada os valores concernentes;

5.4.1.3.9. Os ressarcimentos devidos pela Contratada, motivados por ocorrências aqui previstas, na hipótese de recusa ou inoperância da Contratada, poderão ser debitados no faturamento mensal, caso a garantia de que trata a Cláusula Nona não seja caução em dinheiro (ou, se feita nesta modalidade, não comportar o valor do ressarcimento devido). Em se tratando de bens móveis fungíveis o ressarcimento deverá ser feito com a reposição do bem por outro de qualidade igual ou superior.

#### 5.4.2 Itens de responsabilidade do CONTRATADO:

5.4.2.1. Todos os EPIs necessários, conforme listagem contida no ANEXO IV – MODELO DA PROPOSTA - Planilha de Custos e Formação de Preços.

5.4.2.2. O Contratado deverá instalar e manter 07 (sete) equipamentos tipo “relógio de ponto biométrico”.

5.4.2.2.1. Serão instalados 04 (quatro) equipamentos na PROINFRA, 01 (um) equipamento no JARDIM BOTÂNICO, 01(um) dentro do escritório local da empresa e 01 (um) no prédio da Diretoria de Sustentabilidade, próximo à PROINFRA. Tais equipamentos deverão estar integralizados por meio de software adequado.

5.4.2.2.2. A Contratada deverá arcar com os custos de manutenção dos equipamentos de ponto biométrico a serem instalado por ela.

### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características - Especificações Gerais do objeto a ser contratado:

5.5.1 A licitante que restar vencedora deste certame será responsável por executar, além da manutenção predial, a operação e manutenção de adutoras, redes elétricas aéreas e subterrâneas de alta e baixa-tensão, 26 subestações, backbone de fibra ótica, rede primária de telefonia, etc., não cobertas por serviços de concessionárias no âmbito do campus. Trata-se, portanto da prestação de serviços específicos de engenharia, destinada ao gerenciamento técnico, acompanhamento, supervisão, operação e fornecimento da força de trabalho necessária para a manutenção preventiva e corretiva de bens móveis e imóveis, compreendendo suas instalações, sistemas prediais civis, elétricos, redes de cabeamento estruturado, sistemas hidrossanitários (água e esgoto), sistema viário, equipamentos eletroeletrônicos e execução de pequenas obras de reformas de edificações e instalações.

5.5.2 Demanda Prevista:

5.5.3 Os serviços cobertos por esta especificação são destinados ao atendimento da demanda prevista de cerca de 12.000 requisições de serviço de manutenção corretiva por ano, além dos serviços de manutenção preventiva registrados nos quadros de 1 a 9 que constam no item 5.1.2. deste documento, para o atendimento das seguintes ordens de grandeza:

5.5.4 MANUTENÇÃO PREDIAL (área edificada): .....205.743,10 m².

5.5.5 ÁREAS URBANIZADAS (estacionamentos, parques, etc.) .....78.143,01 m².

5.5.6 SUBESTAÇÕES (energia elétrica): .....26 unidades.

5.5.7 GRUPOS MOTOGERADORES (energia elétrica de emergência) .....22 unidades.

5.5.8 REDES DE ALTA-TENSÃO: .....6 km de extensão.

5.5.9 SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.....630 postes.

5.5.10 REDE PRIMÁRIA DE TELEFONIA.....5,4 km de extensão.

5.5.11 BACKBONE DE FIBRA ÓTICA p/ transmissão de dados no Campus.....5,9 km de extensão.

5.5.12 SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS (aprox. 600 câmeras) .....8 km de extensão.

5.5.13 REDES DE ESGOTO.....7,1 km de extensão.

5.5.14 REDE ADUTORA DE ÁGUA POTÁVEL..... 8 km de extensão.

5.5.15 REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS..... 12 km de extensão.

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Uniformes/ EPI's**

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando rigorosamente as especificações e quantitativos contidos na aba denominada “EPIs” que consta da Planilha de Custos e Formação de Preços.

5.7.1 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.7.2 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.7.3 Nos casos em que a Fiscalização da UFJF observar que a Contratada mantém trabalhadores utilizando uniformes rasgados, desbotados ou com outras inconformidades, a empresa contratada deverá substituir tais peças por outras novas equivalentes, sem que caiba cobranças adicionais à UFJF. Para tanto, deverá observar o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após notificada.

5.7.4 A qualidade dos uniformes e EPI's bem como a sua especificação técnica deverá atender às NR's específicas do M.T.E. bem como às especificações contidas no Anexo XI - Especificação de Uniformes e EPI's.

5.7.5 No caso específico de eletricitas, os uniformes deverão ser em tecido termorresistente, rigorosamente de acordo com a norma pertinente - Vestimentas para proteção contra riscos de origem térmica e elétrica, conforme os riscos envolvidos (proteção contra arcos elétricos e fogo repentino), dentro do que estabelecem as normas do M.T.E. Os uniformes dos eletricitas deverão também possuir faixas refletivas para sinalização, conforme norma específica, nos casos de trabalhos em vias de trânsito de veículos

5.7.6 Uniformes e EPI's são considerados insumos a serem medidos pró-rata, tendo como valores unitários os que constam no Anexo IV – **MODELO PROPOSTA - Planilha de Custos e Formação de Preços**.

5.7.7 A empresa adjudicada deverá fornecer EPI's, uniformes e seus complementos a seus empregados, em conformidade com amostras a serem previamente apresentadas para aprovação pela Universidade. As quantidades de EPI's, uniformes e complementos exigidos pela legislação e normas pertinentes serão entregues parceladamente pela Contratada dentro do prazo de vigência contratual, de acordo com as necessidades e notificações formais do gestor/fiscal da Universidade, sendo a primeira parcela no ato de admissão dos profissionais.

5.7.8 Além da obrigatoriedade de fornecer os EPI's, uniformes e complementos nas quantidades propostas e nas épocas definidas pelo gestor/fiscal da Universidade, sempre que necessário for, a substituição destes deverá ser imediata, quando da notificação da UFJF (sem ônus extra para a Contratante), conforme determina a NR-6 da Portaria nº 25 de 15/10/2001 do M.T.E, ou outra mais atual à época do fornecimento; caso contrário, implicará no afastamento do funcionário até a regularização da sua situação, caracterizando a lacuna como faltante, sujeito às penalidades a serem previstas no contrato e desconto na fatura;

5.7.9 Todos os uniformes bem como as peças que o compoñham tomadas individualmente estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e, a pedido dela, deverão ser substituídos, caso não correspondam às especificações indicadas nesse item.

5.7.10 A exceção de descontos previstos em legislação, convenção, acordo ou dissídio coletivo de trabalho, a Contratada não poderá repassar, em hipótese alguma, a seus empregados custos de uniformes (incluindo acessórios e calçados), equipamentos de proteção individual e outros cobertos pelo Contrato.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8.1 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir a Contratante, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

5.8.2 Devolver ao contratante todos os recursos de sua propriedade, como ferramentas, equipamentos, mobiliário, espaço físico e propriedade intelectual, quando for o caso;



5.8.3 *Uma vez que as ferramentas, máquinas e equipamentos necessários para a realização dos serviços serão disponibilizados pela UFJF para uso da Contratada, no início da execução do contrato será feito um inventário completo de todos os itens cedidos pela Contratante. Ao final do contrato, após apuração pela Fiscalização, constatando-se a falta de itens ou danos aos mesmos, a empresa deverá substituir ou reparar o item eventualmente danificado ou extraviado por outro novo, idêntico, com as mesmas especificações.*

5.8.4 *Desenvolver um plano de transição que detalhe as atividades necessárias para a passagem dos serviços, de forma a manter os níveis de serviço estabelecidos.*

## 5.9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

5.9.1 *Cabe à Contratada manter os postos de trabalho devidamente qualificados e capacitados, para o correto desempenho de suas funções. Cabe a ela, portanto, oferecer a seus empregados, alocados nos serviços prestados à UFJF, sem ônus para a Contratante, cursos técnicos de capacitação, bem como, providenciar a participação dos mesmos em seminários, congressos, treinamentos e cursos relacionados à área de atuação dos profissionais, a título de atualização/ inovação/ melhoria de atividades e da prestação dos serviços, sempre que solicitado pela PROINFRA/ UFJF, cujos programas deverão ser previamente submetidos à apreciação desta Pró-Reitoria;*

5.9.2 *Da mesma forma, embora devam ser feitos sempre que necessário for, não serão devidos pagamentos pela Contratante de cursos de relações humanas e cursos periódicos de segurança de trabalho para os diversos postos de trabalho, bem como, de cursos de reciclagem obrigatórios (conforme determinação da NR 10 do Ministério do Trabalho e outros exigíveis, conforme regulamentação específica) para exercício da profissão de determinadas categorias de trabalhadores alocados nos postos. Os custos para realização de tais cursos deverão ser de responsabilidade da Contratada.*

5.9.3 *Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.*

5.9.4 *Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.*

5.9.5 *Na execução dos serviços/ instalações a Contratada deverá observar as normas técnicas da ABNT e as demais pertinentes (mesmo que internacionais);*

5.9.6 *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;*

5.9.7 *Manter o efetivo de pessoal nos casos de licenças para tratamento de saúde ou de afastamento de qualquer dos seus empregados, sem ônus adicional para a Universidade;*

5.9.8 *Atender, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as solicitações da contratante quanto à troca de empregado considerado como inadequado para a prestação dos serviços ou de conduta inconveniente;*

5.9.9 *Apresentar cópia de registro nos Conselhos competentes dos profissionais que, para exercer suas atividades, sejam obrigados a inscrever-se nessas entidades;*

5.9.10 *Manter cadastro de profissionais pré-selecionados, que possuam as qualificações mínimas exigidas pela, para atender eventuais acréscimos ou substituições solicitadas por ela.*

5.9.11 *Responsabilizar-se por danos causados por seus empregados ao patrimônio imóvel, móvel (máquinas, equipamentos, móveis, etc.) e a ferramentas da Universidade ou de terceiros, ficando obrigada ao ressarcimento dos prejuízos causados.*

#### 5.9.12 COM RELAÇÃO À SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

5.9.12.1. *Cumprir rigorosamente, na área de Medicina e Segurança do Trabalho, as determinações da Lei nº 6.514, de 22/12/77; Portaria nº 3.214 do MTb/GM, de 08/06/78 e suas NR's - Normas Regulamentadoras, bem como todas as exigências/ recomendações estabelecidas no Anexo X - Normas e Procedimentos para Segurança e Medicina do Trabalho e seu anexo XI-A;*

5.9.12.2. *Efetuar visitas periódicas de seu Engenheiro de Segurança do Trabalho junto às frentes laborais, além de atender às solicitações, feitos pela contratante, da presença do referido profissional.*

5.9.12.3. *Atender às disposições do Anexo X - NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.*

5.9.12.4. *O controle, supervisão e o acompanhamento das ações de segurança de trabalho diretamente nas frentes diárias de serviço é de responsabilidade da empresa contratada, que será assessorada pelo seu próprio profissional de segurança do trabalho.*

5.9.12.5. *Manter, às suas expensas, durante toda a jornada de trabalho, um técnico em segurança do trabalho, supervisionando diretamente as frentes de serviço, em atendimento à NR-4 do Ministério do Trabalho e Emprego (Quadro II alterado pela Portaria SSMT n.º 34, de 11 de dezembro de 1987). Além do Técnico de Segurança do Trabalho do seu quadro, citado no subitem anterior, a empresa deverá manter visitas periódicas de seu Engenheiro de Segurança do Trabalho (caso disponha do profissional em seu quadro) junto às frentes laborais. O referido profissional deverá também atender a todas as solicitações de comparecimento para reuniões com a equipe da PROINFRA e de visitas extraordinárias, quando convocado pela Contratante.*

5.9.12.6. *Elaborar as Análises Preliminares de Risco sempre que forem realizados serviços cobertos pela NR-10 e NR-35, do Ministério do Trabalho e Emprego.*

5.9.12.7. *Instruir a mão-de-obra quanto às necessidades de acatar as orientações da fiscalização da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança do Trabalho;*

5.9.12.8. *Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os uniformes, EPI's e EPC's exigidos nos documentos da licitação e preconizados pela normatização do Ministério do Trabalho;*

5.9.12.9. *Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu empregado acidentado ou com mal súbito, por meio do responsável nomeado.*

5.9.12.10. *Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento do seu empregado acidentado ou com mal súbito, por meio do responsável nomeado.*

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

6.5.1 *A Contratada deverá implantar, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data prevista para início da vigência contratual (16/08/2026), a equipe de trabalho de acordo com a demanda inicial a ser definida pela PROINFRA/UFJF, podendo esta estabelecer a implantação gradual do contrato; a Contratada deverá informar, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de implantar a equipe conforme o estabelecido;*

### **Preposto(s)**

6.6. O Contratado designará formalmente os prepostos da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante 8 (oito) horas diárias nos dias de trabalho, de segundas às sextas-feiras.*

6.7.1 É requisito desta contratação que a função de preposto deverá ser exercida de forma compartilhada por 02 (dois) engenheiros, sendo um Engenheiro Civil e um Engenheiro Eletricista, uma vez que o escopo de serviços desta contratação tem características específicas e envolve legislação profissional específica relativa ao exercício da Engenharia (Lei 5.194 de 24/12/1966).

6.7.1.1. *Todos os profissionais da empresa remunerados na planilha, no MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO, deverão registrar frequência diária por meio de relógio de ponto eletrônico instalado no escritório local da empresa.*

6.7.2 Os prepostos deverão ser os engenheiros responsáveis técnicos da Contratada e devem comprovar a capacitação técnica mínima exigida no item 9.45 (Qualificação Técnico - Profissional), deste documento;

6.7.3 Cada um dos engenheiros (um civil e outro eletricista) atuará em jornada de 40 horas semanais;

6.7.4 Os prepostos deverão ser disponibilizados pela Contratada durante todo o período de vigência do contrato, para gerir técnica e administrativamente a sua equipe e representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Deverão ser indicados mediante procuração que lhe dê autonomia e capacidade para exercer todas as funções a ele designadas, na qual conste o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade. A cópia desta procuração deverá ser entregue à fiscalização da CONTRATANTE;

6.7.5 Os engenheiros (prepostos) devem atuar como facilitadores, gerenciando/ supervisionando todas as questões de ordem técnica, administrativa e de logística, continuamente, diretamente nas frentes de serviço. Trata-se de contrato que envolve responsabilidade técnica com o emprego de técnicas de engenharia civil e elétrica com exigência de habilitação específica;

6.7.6 Além da gestão administrativa e técnica dos postos de trabalho os engenheiros (prepostos) deverão, juntamente com o técnico de segurança do trabalho estabelecido conforme item 4.38.2, garantir, diretamente nas frentes de trabalho, o fiel cumprimento das normas e procedimentos de medicina e segurança do trabalho estabelecidas no Anexo X - Normas e Procedimentos para Medicina e Segurança do Trabalho, bem como das normas NR-10, NR-35 e todas as demais aplicáveis, em suas últimas versões;

6.7.7 Os prepostos deverão demonstrar liderança, responsabilidade, iniciativa, discernimento, organização, flexibilidade, fluência verbal e escrita. Deverão responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do Contrato por parte dos postos de serviços e pelos atos dos empregados da Contratada.

6.7.8 A indicação dos prepostos deverá ocorrer por ocasião da assinatura do contrato mediante declaração, constando dados, tais como: nome completo, número de identidade e CPF, endereço, telefone e número de celular, além dos dados relacionados a sua qualificação profissional, entre outros.

6.7.9 Exige-se a dedicação exclusiva dos prepostos para o referido contrato, conforme detalhado neste documento, sendo seus custos rateados como custo indireto na Planilha de Custos e Formação de Preços desta licitação.

6.7.10 A Contratada deverá instruir seus prepostos quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, do Fiscal, Gestor do Contrato ou de seus substitutos, acatando imediatamente as instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas da instituição.

6.7.11 A CONTRATADA deverá manter o gerenciamento e a supervisão contínua das frentes de trabalho por meio de seus engenheiros responsáveis técnicos, diretamente nas frentes de serviço. Trata-se de contrato que envolve responsabilidade técnica com o emprego de técnicas de engenharia civil e elétrica com exigência de habilitação específica;

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1 A fiscalização realizará a verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, o qual, em nome da Contratante, poderá adotar as medidas necessárias para tal finalidade, sem que de qualquer forma restrinja a responsabilidade da Contratada, cabendo-lhe:

6.16.2 *Promover a fiscalização no tocante à conformidade com a boa técnica e normas de engenharia (ABNT e demais normas aplicáveis) e prestação de serviços técnicos. Este instrumento prevê execução de serviços de manutenção pela Contratada, sob responsabilidade técnica da mesma e fiscalização por parte de equipe de engenheiros da PROINFRA.*

6.16.3 *Promover a fiscalização no tocante à conformidade com as normas e procedimentos relativos à Segurança e Medicina do Trabalho nas frentes de serviço.*

6.16.4 *Avaliar os resultados alcançados em relação à Contratada, com a verificação do cumprimento dos prazos e da qualidade demandada, conforme estabelecido neste Instrumento;*

6.16.5 *Avaliar os recursos humanos empregados;*

6.16.6 *Avaliar a qualidade e a quantidade de uniformes/EPI's;*

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. *O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.*

6.20. *O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.*

6.21. *Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.*

6.22. *O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.*

6.23. *Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.*

6.24. *Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.*

6.25. *O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.*

6.26. *O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:*

6.26.1 *se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;*

6.26.2 *se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;*

6.26.3 *se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou*

6.26.4 *se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.*

6.27. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.27.1 O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;

6.27.2 O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;

6.27.3 O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

6.27.4 Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.28. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.29.1 se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.29.2 se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.32. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.32.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.32.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.32.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.32.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.32.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.32.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.32.1.2.1. *Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);*

6.32.1.2.2. *certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;*

6.32.1.2.3. *Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e*

6.32.1.2.4. *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).*

6.32.1.3. *entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:*

6.32.1.3.1. *extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;*

6.32.1.3.2. *cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;*

6.32.1.3.3. *cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;*

6.32.1.3.4. *comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;*

6.32.1.3.5. *comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e*

6.32.1.3.6. *documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.*

6.32.1.4. *entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:*

6.32.1.4.1. *termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;*

6.32.1.4.2. *guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;*

6.32.1.4.3. *extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;*

6.32.1.4.4. *exames médicos demissionais dos empregados dispensados.*

6.33. *Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.32.1.1 acima deverão ser apresentados.*

6.34. *A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.32.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.*

6.35. *A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.*

6.36. *O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.*

6.37. *Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.*

- 6.38. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.39. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.40. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.41. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.42. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.43. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.44. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.45. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.46. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.47. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.48. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.49. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.50. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.51. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.52. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.53. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.



6.54. *A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.*

6.55. *A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.*

6.56. *A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.*

6.57. *O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.*

6.58. *O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.*

6.59. *A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:*

6.59.1 *até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;*

6.59.2 *em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.*

6.60. *O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.*

6.61. *Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.*

## **Gestor do Contrato**

6.62. Cabe ao gestor do contrato:

6.62.1 *coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.*

6.62.2 *acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.*

6.62.3 *acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.*

6.62.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.62.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.62.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.62.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.62.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.62.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.62.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.63. *Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).*

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IX.*

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

7.4. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.4.1 *Os postos de trabalho serão remunerados com base nas horas efetivamente trabalhadas e registradas no relógio de ponto eletrônico.*

7.4.2 *Mensalmente será analisado o Registro de Ponto Individual do empregado, onde constarão as ausências injustificadas e ausências legais (férias, atestados e outras licenças legais), cuja reposição se faz necessária.*

7.4.3 A não reposição imediata do empregado gerará uma adequação do pagamento na proporção das horas de serviços não prestados;

7.4.4 A não reposição de ausências legais com previsão em Planilha de Custo e Formação de Preço poderá acarretar uma glosa proporcional ao valor previsto para a reposição que não foi devidamente realizada;

7.4.5 A adequação ao pagamento que se trata o caput trata-se de glosa quantitativa, oriunda do serviço não prestado.

7.4.6 Em contraprestação pelos serviços da Contratada, a Contratante pagará mensalmente à empresa um valor variável, resultante das horas efetivamente trabalhadas, considerados os funcionários efetivamente disponibilizados e os devidos descontos referentes às faltas, atrasos, afastamentos, etc, dos profissionais a serviço da CONTRATADA.

7.4.7 Para o cálculo das horas efetivamente devidas à Contratada deverá ser feita a apropriação de horas trabalhadas de cada profissional, resultante dos relatórios emitidos pelas máquinas de ponto eletrônico;

7.4.7.1. HORAS – EXTRAS - À exceção de horas de trabalho efetivamente realizadas por postos de sobreaviso no âmbito das dependências da Contratante e comprovadas, não será devido, em hipótese alguma, nenhum pagamento de hora extraordinária.

7.4.8 O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de nota fiscal a ser emitida ao final de cada mês, considerados os relatórios mensais de apropriação de horas trabalhadas devidamente atestados pela Fiscalização, conforme disposto nos arts. 140 da Lei nº. 14.133, de 2021, observados seguintes condições e procedimentos:

7.4.8.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência;

7.4.8.2. O período de apuração dos serviços prestados compreende o intervalo entre o 1º ao 30º dia do mês anterior ao mês do faturamento.

7.4.8.3. A Contratada deverá apresentar à PROINFRA, até o 2º dia útil do mês subsequente ao período de apuração dos serviços prestados, as respectivas planilhas de medições preenchidas com os quantitativos do respectivo período;

7.4.9 O pagamento será efetuado pela Contratante mediante o detalhamento pela Contratada dos serviços executados e os EPI's, uniformes, etc. empregados, conforme planilhas de medição, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.10 Caso a PROINFRA verifique que as planilhas de medição não estejam corretas, as mesmas serão devolvidas à Contratada para as devidas correções. Neste caso, a Contratada deverá reapresentá-las decorridos 2 dias, no máximo.

7.4.11 Tendo sido aprovadas, a PROINFRA as devolverá à Contratada para os procedimentos relacionados ao faturamento/ Emissão de Nota Fiscal.

7.4.12 A UFJF observará o prazo de 5 (cinco) dias úteis para devolução das planilhas analisadas à Contratada.

7.4.13 As planilhas de medição aprovadas serão devolvidas pela UFJF à Contratada para as suas providências de faturamento e emissão de notas fiscais, que deverão ser entregues, impreterivelmente, até o 15º dia do mês à PROINFRA.

7.4.14 Além das horas efetivamente trabalhadas, comporão a medição os seguintes itens:

7.4.14.1. EPI's, Uniformes profissionais e demais insumos presentes na Planilha de Custos e Formação de Preços, em sua aba "EPI-Uniforme". Serão remunerados proporcionalmente às quantidades efetivamente entregues, à base dos valores unitários consignados no Contrato (valores da Proposta, verificados na licitação).

7.4.14.2. Os custos previstos, relativos às horas extras para postos de sobreaviso, quando ocorrerem.

7.4.15 Sobre o valor total da medição serão aplicados os descontos que a Contratada se obriga a conceder, referentes aos ajustes mensais em sua fatura, que porventura forem aplicáveis, em decorrência dos termos estabelecidos no Anexo IX - IMR - INSTRUMENTO DE MEDICÃO DE RESULTADOS.

7.4.15.1. O cálculo do preço mensal devido pela prestação dos serviços é expresso pela fórmula abaixo, aplicada uma única vez a cada período de medição dos serviços.

**Valor devido = [(Valor mensal dos serviços medidos) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]**

Onde,

o Valor mensal dos serviços medidos é a compilação dos custos efetivos relacionados à mão-de-obra, seus insumos, sobreaviso e demais custos, obtidos por meio do preenchimento das planilhas vinculadas componentes da Planilha de Custos e Formação de Preços - MODELO PROPOSTA.

o Fator de ajuste de nível de serviço é obtido mensalmente, pelo preenchimento da planilha do Anexo IX - IMR - INSTRUMENTO DE MEDICÃO DE RESULTADOS, por meio da qual se obterá a Nota de Avaliação mensal, emitida pela Equipe de Fiscalização da PROINFRA.

7.4.16 O CNPJ das notas fiscais deverá ser o mesmo que a empresa vencedora apresentou na fase de habilitação.

7.4.17 A nota fiscal emitida deverá ser obrigatoriamente a de "Prestação de Serviços".

7.4.18 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 de 2021.

7.4.19 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.4.20 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.4.20.1. o prazo de validade;

7.4.20.2. a data da emissão;

7.4.20.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.4.20.4. o período de prestação dos serviços;

7.4.20.5. o valor a pagar; e

7.4.20.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.21 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.4.22 *Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:*

7.4.23 *não produziu os resultados acordados;*

7.4.24 *deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;*

7.4.25 *deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.*

7.4.26 *O pagamento somente poderá ser efetuado após as seguintes comprovações:*

*7.4.26.1. do atesto do gestor do contrato, nas notas fiscais/faturas, quanto à prestação de serviços.*

## **Recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1 *O recebimento provisório será realizado da seguinte forma:*

7.5.2 *A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.*

7.5.3 *Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.*

7.5.4 *A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.*

7.5.5 *O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.*

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 30 (trinta) dias relativo à prestação de serviços coberta pela última medição ocorrida.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (*trinta*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reoneração gradual da folha de pagamento**

7.38. *A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.*

7.38.1 *O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.*

7.38.2 *A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.*

#### **Repactuação**

7.39. *Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.*

7.40. *O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:*

7.40.1 *Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;*

7.40.2 *Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.*

7.40.3 *CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS: Conforme estabelece a IN – 05 / 2017 (Instrução Normativa nº5), os **custos não renováveis** já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados, suprimindo-os a partir do 13º mês. Assim por diante, a cada período sucessivo de 12 (doze*



meses), a Fiscalização da UFJF verificará a necessidade ou não de novos ajustes relativos aos custos não renováveis. Caso seja necessário haverá a repactuação.

7.41. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.41.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.42. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.43. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.44. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.45. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.46. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.46.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.46.2 Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46.3 A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.4 A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.5 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) - com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

$R$  = Valor do reajustamento procurado;

$V$  = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

$I$  = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.55. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.56. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.57. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder

*aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.*

7.58. *A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.*

7.59. *O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **60 (sessenta dias)**, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.*

7.60. *O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.*

7.61. *A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.*

7.62. *As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.63. *O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.*

7.64. *Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.*

7.65. *A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.*

7.65.1 *A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.*

## **Cessão de Crédito**

7.66. *As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.*

7.66.1 *A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.*

7.66.2 *Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.*

7.66.3 *O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.*

7.66.4 *A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.*

7.67. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador**

### **Conta-Depósito Vinculada**

7.68. *Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.*

7.69. *Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.*

7.70. *O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.*

7.71. *Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.*

7.72. *O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.*

7.73. *O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:*

- 7.73.1 *13º (décimo terceiro) salário;*
- 7.73.2 *Férias e um terço constitucional de férias;*
- 7.73.3 *Multa sobre o FGTS; e*
- 7.73.4 *Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.*

7.74. *Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.*

7.75. *O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.*

7.76. *Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.*

7.77. *O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais*

*indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.*

7.78. *Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.*

7.79. *A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.*

7.80. *O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.*

7.81. *O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.*

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 21 (vinte e um) dias.*

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "b", de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "a", de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7.1. As seguintes penalidades adicionais poderão ser aplicadas mediante infrações descritas na Tabela 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de



publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Regime de Execução*

9.2. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.*

9.2.1 *Na formação de seus preços de venda dos serviços os licitantes devem consignar salários compatíveis com os de mercado para cada profissional, não inferiores aos consignados na tabela do item 1.1 para que possa preencher os postos de trabalho com mão-de-obra qualificada, pois o simples fato de contemplar em sua proposta valores que atendam ao piso salarial de qualquer categoria não exime a licitante vencedora da responsabilidade do preenchimento dos postos de trabalho com profissionais que atendam aos requisitos de qualificação profissional e experiência mínima estabelecidos neste Edital, dentro do valor global da proposta vencedora deste pregão.*

9.2.2 *Serão recusadas propostas que contenham, para qualquer posto de trabalho, valores de salários inferiores aos consignados na tabela do item 1.1.*

9.2.3 *Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;*

9.2.3.1. *No caso em tela, o objeto a ser contratado é regido por legislação profissional específica (Lei 5.194 de 24/12/1966), que regula o exercício da Engenharia e estabelece esta natureza de contratação como objeto de fiscalização do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia. Desta forma, como atividade preponderante, os postos estão enquadrados no Sindicato da Indústria da Construção Civil de Juiz de Fora (Sinduscon - JF).*

9.2.4 *Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;*

9.2.5 *Os valores orçados pela Administração constam da tabela do item 1.1 deste documento.*

9.2.6 **PROPOSTAS:** *Para a formulação de suas propostas, os licitantes deverão utilizar-se do Anexo IV – **MODELO PROPOSTA - Planilha de Custos e Formação de Preços**. Deverão preencher as lacunas que contém valores variáveis e específicos das diversas planilhas de Excel constantes das abas do documento, observando o seguinte:*

9.2.6.1. **PASSO 1** - *Nas abas referentes a cada posto de trabalho, o licitante deverá preencher o valor da remuneração na linha 20, coluna "I";*

NOTA: Não haverá substituto para a cobertura de: Férias, Ausências legais, Licença paternidade, Licença Ausência por Acidente de Trabalho, Afastamento Maternidade e Outras ausências (especificar).

9.2.6.2. **PASSO 2** – Na aba denominada **“Café da Manhã”**, o licitante deverá preencher o valor unitário do custo do café da manhã dos funcionários, conforme determina a CCT - Sinduscon vigente (esse valor irá alimentar a linha 38, coluna “I” – da aba “Café da manhã”).

9.2.6.3. **PASSO 3** – Na aba denominada **“Memória de Cálculo”**, o licitante deverá preencher os seguintes valores:

9.2.6.3.1. linha 13, coluna “J” - salário mínimo brasileiro vigente;

9.2.6.3.2. linha 36, coluna “I” - vale-transporte vigente;

9.2.6.3.3. linha 37, coluna “I” - vale-compras CCT - Sinduscon vigente;

9.2.6.3.4. linha 39, coluna “I” – Seguro de Vida em Grupo - CCT Sinduscon.

9.2.6.3.5. no MÓDULO 6 da planilha, nas linhas 61, 62, 63, 64, 65 e 66, preencher coluna “I” ou “J”, conforme enquadramento da empresa (Lucro presumido ou Lucro real).

9.2.6.4. **PASSO 3** – Na aba denominada **“EPI +EPC+ pto Eletrônico”**, o licitante deverá preencher os seguintes valores:

9.2.6.4.1. coluna “F” de todos os postos de trabalho – valores dos EPI’s e uniformes de todos os postos de trabalho;

9.2.6.4.2. coluna “B”, linha 622 – valor unitário do relógio de ponto.

9.2.7 Esses valores alimentarão automaticamente as células referentes a estes insumos na aba de cada posto de trabalho.

9.2.8 Nos casos de itens de valores e percentuais variáveis, vinculados a questões específicas influentes na elaboração dos preços de cada empresa proponente, como Convenções Coletivas de Trabalho utilizadas, insumos aplicáveis, regime de tributação aplicada, margens de lucro pretendidas, despesas administrativas, etc., caberá a cada licitante inserir os valores que pretende adotar, os quais, ao final comporão o valor global de sua proposta.

9.2.9 Os quantitativos de EPI’s e uniformes consignados pela UFJF como valores de referência são os mínimos a serem adotados pela licitante, entretanto, isto não exime a empresa vencedora de atender à legislação pertinente quanto ao fornecimento de quantidades superiores, ou mesmo a inclusão de itens de EPI’s ou EPC’s porventura ausentes da listagem fornecida, sem ônus adicionais para a UFJF.

9.2.10 Todos os benefícios incluídos, bem como percentuais a serem considerados para cálculo de adicionais (noturnos, hora extra etc.) deverão obedecer àqueles fixados no (s) instrumento(s) coletivo(s) específico(s), anexos à proposta, com número(s) de registro no Ministério do Trabalho e Emprego.

9.2.11 O correto preenchimento das células da Planilha Orçamentária - PROPOSTA é de responsabilidade exclusiva das empresas licitantes. As instruções acima fornecidas são meramente orientativas, cabendo ao licitante verificar todos os detalhes e preencher todas as lacunas necessárias do ANEXO IV- MODELO PROPOSTA - Planilha de Custos e Formação de Preços. A estrutura da planilha orçamentária disponibilizada pela UFJF é meramente orientativa, cabendo aos licitantes promover nela as adequações de percentuais praticados, tais como insumos etc. que julgarem necessários, desde que atendam à legislação, à normatização, aos pisos salariais estabelecidos na planilha de referência da entidade, etc.

9.6.3.14. Percentuais como "Seguro acidente do trabalho, "Afastamento Maternidade" e outros específicos nas planilhas componentes do " ANEXO IV - MODELO PROPOSTA - Planilha de Custos e

*Formação de Preços" deverão ser preenchidos pelas empresas proponentes, conforme suas especificidades, enquadramentos legais, etc.*

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10. *Ato de autorização para o exercício da atividade de serviços de engenharia compatível com o objeto desta licitação, expedido pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia nos termos do art. artigo 59 e artigo 6 (alíneas "a" e "e") da (Lei/Decreto) nº 5.194 de 24/12/1966.*

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.23. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação.

9.23.1 *Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e*

9.23.2 *Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;*

9.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VIII deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.28.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.28.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, conforme ANEXO XII - Modelo de declaração de conhecimento das informações e condições locais para cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (**CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia**), em plena validade;

9.31.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. contrato(s) firmados com pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.32.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, ou seja, que demonstrem que a licitante presta ou prestou serviços de engenharia de manutenção com uma força

de trabalho de, no mínimo, 91 empregados (50% do total previsto na tabela do item 1.1. deste Termo de Referência;

9.32.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.32.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Declaração, conforme “ANEXO II – Modelo declaração comprometendo-se a instalar escritório”, de que o fornecedor instalará escritório na cidade de Juiz de Fora, o que deverá ser realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.36. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.36.1 Para o **ENGENHEIRO ELETRICISTA** - Atestados exigidos:

9.36.1.1. **01 (um)** ou mais atestados de prestação de serviços de Manutenção e/ou de Instalação de Subestação abrigada, de média/ alta-tensão, potência mínima de 300 kVA (primário 6,6 kV, ou 13,8 kV, 23 kV, 36 kV ou acima).

9.36.1.2. **01 (um)** ou mais atestados de prestação de serviços de Manutenção e/ou de Instalação de Subestação AÉREA (montada em poste(s)), de média/ alta-tensão, potência mínima de 300 kVA (primário 6,6 kV, ou 13,8 kV, 23 kV, 36 kV ou acima).

9.36.1.3. **01 (um)** ou mais atestados de prestação de serviços de Manutenção e/ou de Construção de rede aérea trifásica com tensão mínima de 6.600V, extensão mínima de 100 metros.

9.36.2 Para o **ENGENHEIRO CIVIL** - Atestados exigidos:

9.36.2.1. **01 (um)** ou mais atestados de Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, ou de reforma ou de obra de edificações que totalizem área construída de no mínimo 10.000 m². Serão aceitos, portanto, somatório de atestados de edificações com área mínima de **1.000 m²** cada um.

#### **NOTAS:**

**a.** Os atestados (ou declarações) de capacidade técnica deverão ser expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado (não sendo da própria empresa), devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia -CREA da região competente.

*b. Somente serão aceitos/ validados os atestados que forem apresentados devidamente vinculados/ acompanhados das Certidões de Acervo Técnico - CAT, expedidas pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) a serem apresentados pela empresa, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.*

9.36.3 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.37. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 73.204.465,20 (setenta e três milhões, duzentos e quatro mil mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1, deste documento.**

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, deste exercício, conforme documento específico, emitido pela Pró-Reitoria de Gestão e Finanças (PROGEFI) da Universidade Federal de Juiz de Fora.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) *Plano interno: [...].*

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

*Juiz de Fora, 17 de março de 2026*

Equipe responsável:

Márcio de O. Resende Souza  
SIAPE 1147473

Anderson Rocha Valverde  
SIAPE 1203277

Silvério Gonçalves Cordeiro  
SIAPE 3158530

### **RELAÇÃO DE ANEXOS:**

1. ANEXO I - Termo de Referência;
  - a. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;
2. ANEXO II – Modelo declaração comprometendo-se a instalar escritório.
3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
4. ANEXO IV- MODELO PROPOSTA - Planilha de Custos e Formação de Preços;
5. ANEXO V– Declaração de Vistoria Técnica ou Renúncia;
6. ANEXO VI – Termo de Ciência e Concordância;
7. ANEXO VII – Declaração de Responsabilidade pelo Enquadramento Sindical;
8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Compromissos Assumidos;
9. ANEXO IX – Modelo de Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Anexo V-B da IN SEGES/MP N.5/2017).
10. ANEXO X – Normas e Procedimentos de Segurança e Medicina do Trabalho Para Empresas Contratadas;
11. ANEXO XI – Especificação de Uniformes e EPI's;
12. ANEXO XII - Modelo de declaração de conhecimento das informações e condições locais para cumprimento das obrigações objeto da contratação;